



Comissão
Europeia

[VERÃO DE 2012 ▶ N.º 42]

panorama

inforegio

▶ Parcerias na política de coesão

Reforçar a aplicação
deste princípio essencial

▶ Ajudar a recuperar da crise
económica

▶ Os prémios RegioStars
homenageiam projetos
inovadores

▶ Promover políticas regionais
de êxito no Dia da Europa

Política
Regional

▶ EDITORIAL 3
Johannes Hahn

▶ DESTAQUE 4-7
REFORÇAR AS PARCERIAS NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DOS FUNDOS ESTRUTURAIS

▶ ADMINISTRAÇÃO REGIONAL A NÍVEL LOCAL: O CASO AUSTRIACO 8-9

▶ O DESEMPENHO DA POLÍTICA DE COESÃO 2007-2013 10-11

▶ FUNDOS ESTRUTURAIS AJUDAM A UE A RECUPERAR DA CRISE ECONÔMICA 12-15

▶ APRESENTAÇÃO DO NOVO DIRETOR-GERAL 15

▶ COMEMORAÇÃO DE PROJETOS INOVADORES NOS PRÉMIOS REGIOSTARS 16-17

▶ MAPAS 18-19
▶ Investimentos previstos da política de coesão no reforço de capacidades
▶ Emprego na administração pública

▶ QUAL A MELHOR FORMA DE SELECIONAR PROJETOS PARA COFINANCIAMENTO 20-21

▶ PROJETOS 22-25
Exemplos de projetos da República Checa, Finlândia, Malta e Eslováquia

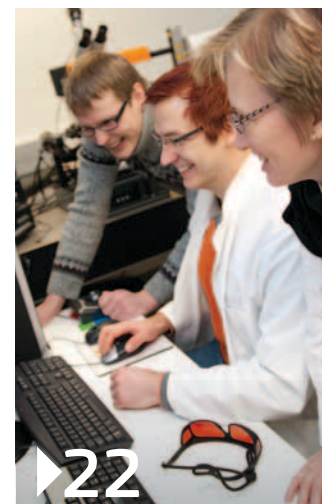
▶ COMEMORAÇÃO DO DIA DA EUROPA NA UE 26-29

▶ COMUNICAR A POLÍTICA REGIONAL 30-31

▶ APOIO ÀS EMPRESAS E À INOVAÇÃO 32-33

▶ UMA POLÍTICA REGIONAL EUROPEIA COMPLEMENTAR: SUBVENÇÕES SUÍÇA, EEE E NORUEGA 34-35

▶ AGENDA 36



Fotografias (páginas):

Capa: © Ivelin IVANOV

Páginas 3, 4, 5, 12, 13, 15, 16, 17, 21: © Comissão Europeia

Página 14: © Biocant, © Casala, © Corallia

Página 8: © Walter Luttenberger (www.blende16.at)

Página 22: © Centro de Oncologia do Hospital Mater Dei

Página 23: © ZLKL

Página 24: © Varpu Heiskanen, UEF

Página 25: © BioScience Slovakia

Páginas 26-29: Letónia: © Eiropas Savienības dārza svētki /

Bulgária-Roménia: © Adina ENE / Eslovénia: © Zavod Antona Martina

Slomška / Portugal: © INALENTEJO / Grécia: © Evi Panagiotakopoulou

/ Outras imagens: Comissão Europeia

Páginas 30-31: © Agência de Desenvolvimento Nacional (HU) /

© Ministério do Desenvolvimento Regional (PL) / © Ministério da Economia e do Emprego (PT)

Esta revista é impressa em papel reciclado em inglês, francês e alemão. Esta revista está disponível na Internet em 21 línguas no site http://ec.europa.eu/regional_policy/information/panorama/index_pt.cfm

As opiniões expressas na presente publicação vinculam apenas os seus autores e não reflectem, necessariamente, os pontos de vista da Comissão Europeia.



▶ EDITORIAL

Johannes Hahn

*Membro da Comissão Europeia
responsável pela Política Regional*

Na base do êxito dos Fundos Estruturais da UE encontra-se uma parceria com intervenientes locais a vários níveis no que respeita ao planeamento, à aplicação e à avaliação dos programas. De forma a criar o máximo de impacto e a garantir uma utilização mais eficiente dos recursos da UE, os conhecimentos especializados dos vários parceiros devem ser eficazmente mobilizados e integrados.

As propostas da Comissão para a Política de Coesão da UE para 2014-2020 consideraram esta parceria como uma prioridade, reforçando-a consideravelmente. As novas disposições exigirão de todos os Estados-Membros que estabeleçam um Contrato de Parceria com intervenientes importantes, nomeadamente as autoridades públicas regionais e locais, os parceiros económicos e sociais e os organismos representativos da sociedade civil. Está também em desenvolvimento um Código de Conduta Europeu sobre Parcerias, destinado a apoiar este processo.

Crescimento económico

Os Fundos Estruturais da UE são um forte instrumento de investimento de mais de 300 mil milhões de euros, focando-se agora mais intensamente numa estratégia de recuperação económica e em esforços para relançar a economia europeia, criar emprego e fomentar a atividade económica a nível local.

Dentro dos orçamentos e dos programas existentes, estão a realizar-se investimentos para promover o crescimento, com impacto direto e benefícios económicos a longo prazo.

Uma disponibilização mais rápida do financiamento disponível é também uma prioridade atual e, para alguns Estados-Membros, os fundos foram reprogramados para permitir uma injeção de financiamento da UE em setores onde os investimentos podem rapidamente ser absorvidos. Em alguns países, a taxa de cofinanciamento está a ser ajustada com vista a acelerar o consumo.

Passar a palavra...

As atividades de informação e comunicação são parte integrante da gestão e aplicação do programa de política regional. É importante informar o público sobre o que se conseguiu alcançar graças aos Fundos Estruturais da UE e sobre as oportunidades de financiamento que existem.

Realizámos inquéritos que mostraram uma sensibilização crescente para a atividade de financiamento da UE e o impacto positivo deste financiamento no desenvolvimento regional. Estes inquéritos realçam a importância de orientar as nossas principais mensagens para os problemas atuais, nomeadamente a crise económica, o investimento e a criação de emprego, pelo que continuamos a dar especial destaque às nossas histórias de sucesso.

Desenvolveram-se abordagens excelentes e inovadoras em várias partes da Europa, sendo a partilha de ideias e de melhores práticas o objetivo dos Prémios RegioStars da Comissão. Este evento de alto nível está agora no seu quinto ano e apresenta formas inovadoras de usar o financiamento da UE. Dos 24 finalistas de grande qualidade presentes na cerimónia de atribuição do prémio deste ano, que decorreu no dia 14 de junho, foram selecionados cinco projetos para receber o ambicionado prémio nas várias categorias.

Todos os projetos vencedores são multidimensionais e mostram de que forma engenhosa vários intervenientes locais empreenderam esforços para alcançar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Estes e os restantes 350 projetos nomeados ao longo dos últimos cinco anos estão recheados de boas ideias e práticas que podem servir de inspiração às outras regiões da Europa.



▶ REFORÇAR A PARCERIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DOS FUNDOS ESTRUTURAIS

As propostas legislativas da Comissão para a Política de Coesão da UE para 2014-2020 vêm reforçar os requisitos relativos às parcerias e à governação a vários níveis. Estas disposições exigirão de todos os Estados-Membros que estabeleçam um Contrato de Parceria com intervenientes importantes, nomeadamente as autoridades públicas regionais e locais, os parceiros económicos e sociais e os organismos representativos da sociedade civil. Está em desenvolvimento um Código de Conduta Europeu sobre Parcerias, destinado a apoiar este processo.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/how/principles/index_pt.cfm



A ideia de «parceria» não é nova e já se encontrava no Tratado de Roma em 1957 relativamente ao Fundo Social Europeu. A reforma de 1988 veio, posteriormente, estabelecer esta ideia como princípio essencial comum para os Fundos Estruturais.

A abordagem de parceria garante que os conhecimentos especializados dos vários parceiros nas suas respetivas áreas de atividade são eficazmente mobilizados e garante uma utilização mais eficiente dos recursos da UE que representam um terço do orçamento total da UE.

É necessário que os intervenientes/parceiros da política de coesão participem a todos os níveis no planeamento, na aplicação e na avaliação dos programas, para garantir que eles sintam as intervenções da UE como suas e partilhem um compromisso comum com os objetivos da Estratégia Europa 2020⁽¹⁾.

A parceria é indissociável da abordagem de governação a vários níveis. É também um mecanismo que permite garantir o respeito pelos princípios de subsidiariedade e proporcionalidade. A abordagem a vários níveis reforça a implementação do princípio de parceria quer a nível vertical – entre as autoridades regionais e locais (ARL), o governo nacional e a União Europeia – quer a nível horizontal, ou seja, entre estes vários níveis, os parceiros económicos e sociais e as organizações da sociedade civil (OSC).

Implementação inconsistente

Apesar de a parceria ser um dos fatores que aumenta substancialmente a eficácia da política de coesão, as informações recolhidas junto das partes interessadas mostram que a implementação deste princípio varia consideravelmente nos Estados-Membros e nas regiões.

Em consequência, algumas instituições e partes interessadas importantes pediram orientações sobre as parcerias estabelecidas ao nível da UE. As resoluções do Parlamento Europeu

recomendaram⁽²⁾ à Comissão que esta apresentasse uma definição concertada de parceria e criasse um guia. Os pareceres do Comité Económico e Social Europeu apelaram⁽³⁾ a um código de boas práticas europeu, enquanto o Comité das Regiões recomendou⁽⁴⁾ o reforço da prática de parceria.

Para além disso, várias organizações da sociedade civil e das redes de autoridades regionais e locais insistiram também nesta necessidade através de tomadas de posição por escrito, de estudos e de publicações.

As novas propostas legislativas para a Política de Coesão da UE para 2014-2020 refletem estas recomendações ao reforçar os requisitos em termos de princípio de parceria e governação a vários níveis.

Código de Conduta Europeu sobre Parcerias

Os serviços da Comissão Europeia divulgaram um documento de trabalho para ajudar os Estados-Membros a elaborarem de forma adequada o seu acordo de parceria durante os trabalhos preparatórios. O documento sublinha também os principais requisitos de um Código de Conduta Europeu sobre Parcerias (CEEP), que poderão constituir uma base de discussão entre as partes interessadas.

Uma análise levada a cabo dentro da DG Política Regional destacou a importância crucial de se selecionar corretamente os parceiros. Por exemplo, mais de sessenta organismos – parceiros sociais, regiões e ministérios – estiveram envolvidos nos procedimentos de consulta com vista à elaboração do Quadro de Referência Estratégico Nacional da Grécia (QREN).

Esta seleção tinha como objetivo representar todas as áreas políticas e grupos sociais a nível nacional e regional, de acordo com as temáticas e os temas horizontais abordados no QREN. A extensa participação dos mesmos parceiros a vários níveis, bem como a transparência dos fluxos de informação permitiram evitar incoerências entre o QREN e os Programas Operacionais (PO). ▶▶

(1) Estratégia Europa 2020, COM(2010) 2020 de 3.3.2010.

(2) Consultar, nomeadamente, a resolução do PE sobre governação e parceria a nível nacional e regional, e como base para projetos no domínio da política regional – P6_TA(2008)0492 (relatório Beaufuy) e a resolução do PE sobre a boa governação no domínio da política regional da UE: procedimentos de assistência e controlo por parte da Comissão Europeia – P7_TA(2010)0468 (relatório Manescu).

(3) Consultar, nomeadamente, o parecer exploratório do CESE sobre o tema «Encorajar parcerias eficazes para a gestão dos programas da política de coesão, com base nas boas práticas do ciclo de 2007-2013», CESE 967/2010 (relatório Olsson).

(4) Consultar, nomeadamente, Comité das Regiões, «White paper on multi-level governance» (Livro Branco sobre a Governação a Vários Níveis), CONST – IV – 020, CdR 89/2009.

ARTIGO 5.º DA REGULAMENTAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES COMUNS PROVISÓRIA (RDC)

(1) No âmbito do Contrato de Parceria e de cada programa, respetivamente, cada Estado-Membro deverá organizar uma parceria com os seguintes parceiros:

- (a) autoridades competentes regionais, locais, urbanas e outras autoridades públicas;
- (b) parceiros económicos e sociais; e
- (c) organismos representantes da sociedade civil, incluindo parceiros ambientais, organizações não governamentais e organismos responsáveis pela promoção da igualdade e não discriminação.

(2) Em conformidade com a abordagem de governação a vários níveis, os parceiros devem ser envolvidos pelos

Estados-Membros na preparação dos Contratos de Parceria e dos relatórios de progresso, bem como na preparação, implementação, monitorização e avaliação de programas. Os parceiros devem participar nos comités de monitorização de programas.

(3) São conferidos poderes à Comissão para adotar atos delegados, em conformidade com o artigo 142.º, a fim de estabelecer um código de conduta europeu, que defina objetivos e critérios para apoiar a execução da parceria e facilitar a partilha de informações, experiências, resultados e boas práticas entre os Estados-Membros.

(4) Pelo menos uma vez por ano, para cada Fundo do QEC, a Comissão deverá consultar as organizações que representam os parceiros a nível da União sobre a execução do apoio dos Fundos do QEC.

Adicionalmente, a RDC contém disposições que se referem diretamente à parceria ou que estão relacionadas com este princípio relativamente à monitorização, à apresentação de relatórios e à avaliação.



A participação de organizações da sociedade civil é crucial no desenvolvimento dos programas e, na maioria dos Estados-Membros, as OSC estão envolvidas desde a fase de desenvolvimento de documentos do QREN e do PO estratégicos através de vários canais: inquéritos, grupos de trabalho, diálogos com o público, seminários ou Web sites específicos.

A participação de parceiros no processo de programação é também incentivado através da criação de vários tipos de *plataformas de cooperação* que pretendem sensibilizar para a participação. Por exemplo, o modelo de parceria social tradicional da Áustria reflete-se na implementação do programa do Fundo Social Europeu (FSE) e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Os parceiros económicos e sociais participam, tradicionalmente, na conceção e monitorização do Quadro de Referência Estratégico Nacional no âmbito de um organismo permanente – a Conferência Austríaca para o Ordenamento do Território (ÖROK).

Envolvimento na avaliação

A participação dos parceiros no processo de avaliação é a última etapa de um círculo virtuoso. Na Polónia, por exemplo, para apoiar a eficácia da avaliação a nível nacional e regional, a autoridade polaca de gestão do FSE criou um grupo diretor de avaliação do programa Capital Humano (PO CH), composto por instituições e entidades interessadas

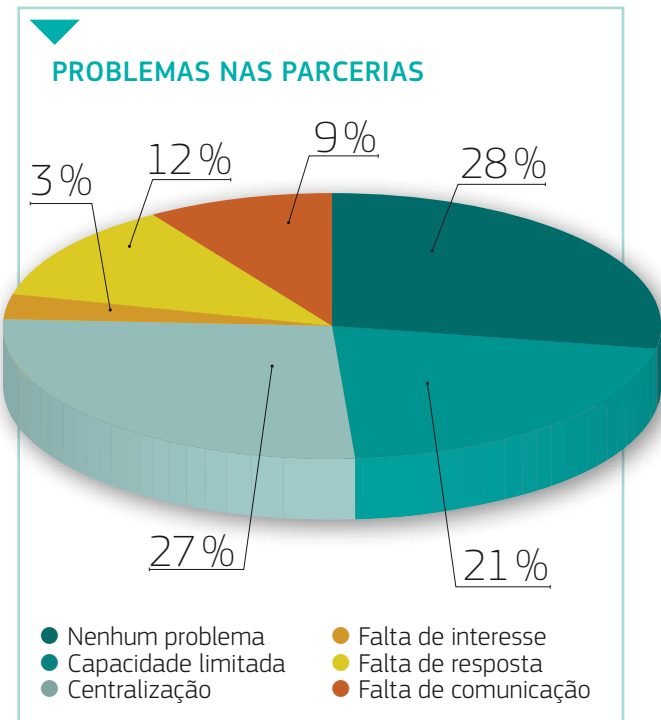
em participar no processo de avaliação, tais como representantes da autoridade de gestão, organismos intermédios (centrais e regionais), parceiros sociais, a Unidade de Avaliação Nacional e especialistas de avaliação independentes.

A DG Política Regional elaborou um inquérito sobre os obstáculos que surgem durante o processo de programação devido ao envolvimento de parceiros. Os resultados do inquérito estão ilustrados no gráfico seguinte.

A *centralização do processo de tomada de decisão* foi referida, por exemplo, como sendo um dos principais obstáculos ao bom funcionamento da parceria em Portugal, na Hungria, em Malta, na Irlanda, na Eslováquia, nos Países Baixos, na Alemanha, em França e em Espanha.

Na Roménia, Hungria, Estónia e Letónia, bem como em países com mais experiência, como Alemanha, França ou Itália, as autoridades destacaram a *falta de capacidade* das organizações da sociedade civil para se empenharem na política económica nacional e regional, bem como uma falta de recursos que impede que se tornem participantes ativos.

A este respeito, alguns Estados-Membros apoiaram a capacidade administrativa e financeira das organizações ao incluir nos seus programas rubricas orçamentais específicas de assistência técnica destinadas ao envolvimento de parceiros.



No Reino Unido, por exemplo, os membros do comité de acompanhamento, selecionados após um concurso público, são remunerados de acordo com as regras definidas pela Assembleia Governativa do País de Gales. Na Letónia, está disponível assistência técnica para o reforço da capacidade profissional dos parceiros (sessões de formação) e para a promoção da sua participação.

Identificação e inclusão de parceiros

Nos Estados-Membros como Malta, Irlanda, Países Baixos ou Suécia, a participação da sociedade civil tem uma longa e valiosa tradição, na medida em que oferece opiniões independentes sobre questões políticas, culturais, sociais e ambientais, etc., apesar de ser raro existirem procedimentos predefinidos ou uma base legislativa para a seleção de parceiros, como acontece na Finlândia.

Por conseguinte, as boas práticas na identificação e inclusão de parceiros precisam de ser realçadas e adaptadas no sentido de uniformizar a aplicação da política de coesão em todos os Estados-Membros. Os objetivos do Código de Conduta Europeu sobre Parcerias constituem os requisitos mínimos e um padrão comum.

Diálogo Estruturado

O chamado Diálogo Estruturado procura melhorar a comunicação externa, aumentar a visibilidade da política da UE e o trabalho da Comissão, bem como alcançar um efeito multiplicador na comunicação dos objetivos da política de coesão e da Estratégia Europa 2020. Aumenta também a eficiência das organizações da sociedade civil de forma a alcançarem objetivos comuns, melhorarem a apropriação no terreno e reforçarem a parceria.

Para além das reuniões bilaterais e de outras reuniões e debates informais com as autoridades regionais e locais ou com organizações da sociedade civil, um diálogo social e estruturado relacionado com o atual artigo 11.º e o futuro artigo 5.º é oficialmente organizado uma vez por ano entre todas as OSC e a Comissão.

DIÁLOGO ESTRUTURADO

Os objetivos gerais do Diálogo Estruturado é aproximar a política de coesão dos cidadãos e conseguir massa crítica para apoiar a nossa política. O Diálogo Estruturado está concebido como um mecanismo de confiança e de criação de um clima de confiança mútua em que a Comissão se compromete a ouvir estas organizações, mantendo-se disponível e receptiva aos seus contributos. Três mesas redondas foram organizadas pela DG Política Regional em 2010 e 2011 e será organizada uma quarta reunião posteriormente, durante 2012.

O Diálogo Estruturado é um processo inclusivo e participativo, destinado particularmente às organizações representativas da sociedade civil a nível europeu (organizações «satélites» da UE). Estas organizações são capazes de formar uma «opinião pública europeia», podendo ser cruciais para divulgar a importância da nossa política na base. Podem canalizar e fazer convergir as opiniões dos membros nacionais e regionais («bottom-up») e transmitir as principais mensagens de Bruxelas à base (top-down), atuando como facilitadores, tanto para a Comissão como para os seus membros.

▶ ADMINISTRAÇÃO REGIONAL A NÍVEL LOCAL: O CASO AUSTRIACO



Na altura em que a Áustria aderiu à União Europeia, em 1995, a Chancelaria Federal, juntamente com as províncias federais, ajudou a desenvolver uma estrutura de gestão regional local inovadora e inclusiva, para prestar apoio ao processo de conformidade com os Fundos Estruturais da UE, sobretudo o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Assim que a fase de implementação do Fundo Estrutural da UE foi concluída, o sistema de apoio da UE passou a estar integrado nas atividades diárias da administração local e do desenvolvimento regional a nível local. Atualmente, a estrutura consiste numa rede de 32 organismos regionais de gestão (ORG) austríacos, coordenados a nível nacional pelo gabinete de «Gestão regional Österreich».

Os ORG evoluíram para uma estrutura eficaz que ajuda a trazer milhares de projetos para as regiões de uma forma equilibrada, que reflete as necessidades reais a nível local e proporciona um equilíbrio justo entre os interesses das áreas rurais e urbanas do país.

Mesmo antes da adesão à UE, a Áustria manifestava preocupação sobre o equilíbrio do seu desenvolvimento em termos de centros urbanos e áreas rurais e montanhosas, com as suas pequenas indústrias e tradições tão ricas que corriam o risco

de serem negligenciadas. Ao abrigo do seu programa «Família Áustria», o país comprometeu-se a promover o desenvolvimento das suas regiões.

Um fator fundamental para este fim foi uma estrutura de gestão regional capaz de funcionar de forma totalmente inclusiva desde a base, mas indo ao encontro das exigências macroeconómicas da elaboração das políticas centrais.

Organização local

A gestão regional na Áustria consiste em pequenas organizações que visam melhorar o desenvolvimento local, criando redes, prestando serviços de consultadoria e advocacia e executando projetos a nível regional. Esta estrutura visa criar uma ligação direta com as comunidades e os intervenientes locais, embora se mantenha dentro do quadro de uma organização centralizada.

A maioria dos ORG (74%) estão organizados como associações privadas ou sociedades anónimas. Os membros dessas associações vão desde municípios a empresas e pessoas singulares. Os parceiros sociais, como câmaras de comércio, sindicatos, câmaras de agricultura, organizações laborais (Arbeiterkammer) e centros de emprego locais, estão envolvidos enquanto membros ou numa função consultiva.

« Uma parte importante do nosso trabalho consiste em facilitar a cooperação intermunicipal a nível da base. »

Presentemente, os gestores regionais são responsáveis, não apenas pelo planeamento estratégico, mas também pela execução efetiva dos projetos e estão continuamente envolvidos no processo de celebração de contratos e criação de redes. As competências de comunicação e a capacidade de trabalho em rede são fatores essenciais para o sucesso.

Não obstante as divergências entre os organismos regionais de gestão em termos da sua estrutura e dos seus objetivos locais, estão unidos por um compromisso empresarial comum de promover os interesses locais da sua região.

Interface local

A rede de ORG tornou-se numa estrutura do tipo administrativo que cria uma interface entre os interesses nacionais e regionais. Os ORG fornecem uma «ponte» altamente eficaz entre o planeamento regional a nível nacional e as necessidades e os recursos das comunidades locais e são reconhecidos como uma inovação importante no desenvolvimento regional austríaco e uma componente essencial para assegurar os laços a nível local.

Os organismos locais trabalham ativamente para assegurar um maior desenvolvimento da região, melhorando o emprego, a agricultura e a tecnologia e apoiando a inovação em todos os domínios.

Os serviços, as atividades e os projetos mais importantes dos ORG individuais estão a realizar projectos-piloto, conceção e acompanhamento, monitorização de projetos e a apoiar a execução dos programas da UE.

Podem atuar nas fronteiras da comunidade local, criar redes, dar contributos estratégicos para o desenvolvimento, elaborar com base em propostas concretas de projetos e facilitar, aconselhar e monitorizar a realização.

Organismos de administração regional em ação

Em 1982, a Baixa Áustria (Niederösterreich) foi uma das primeiras regiões a estabelecer um organismo regional de gestão centrado nas suas regiões florestais.

Helene Mader da gestão regional da Baixa Áustria explica: «Somos uma organização responsável pela coordenação dos interesses regionais com o Estado e com as estratégias nacionais e europeias. Uma parte importante do nosso trabalho consiste em facilitar a cooperação intermunicipal a nível da base. Proporcionamos igualmente uma melhor coordenação com os territórios vizinhos adjacentes aos municípios.»

Em Tirol, existem oito organizações regionais de gestão, que operam como grupos de reflexão para o desenvolvimento regional sustentável e como assistência à execução dos projetos através de apoio profissional.

«Os organismos regionais de desenvolvimento de Tirol são associações voluntárias a nível regional e visam uma cooperação direcionada entre as regiões, o Estado, o governo federal e a UE. Constituem um enfoque estratégico para o nosso desenvolvimento regional. Trabalham em torno de temas e envolvem um vasto leque de partes interessadas e grupos-alvo», explica Andrea Fink da gestão regional de Tirol.

«Mais importante, estão estreitamente envolvidos na iniciação dos projetos e no desenvolvimento dos projetos e participam na implementação dos programas de apoio regional da UE», acrescenta.

Josef Fanninger, Diretor da Gestão Regional, Lungau, afirma que «As estruturas regionais de gestão existem para prestar serviços de assistência técnica, aconselhamento e informação. Fornecem estruturas de apoio para a execução de programas da UE e fornecem uma ligação às atividades regionais, redes empresariais e outros centros regionais de gestão.»

▶ SAIBA MAIS
<http://www.rm-austria.at/>

▶ O DESEMPENHO DA POLÍTICA DE COESÃO 2007-2013

Foi elaborado um relatório⁽¹⁾ por uma rede de especialistas nacionais envolvidos na monitorização do desempenho dos programas nos 27 Estados-Membros cofinanciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo de Coesão 2007-2013. Os especialistas avaliam várias questões, que vão desde o abrandamento económico geral ao progresso na execução dos programas e aos resultados obtidos. O relatório indica que o ritmo de execução da política de coesão foi reforçado em 2010, apesar de, em alguns países, ter surgido uma dúvida real sobre se têm capacidade para absorver o financiamento disponível ao longo do período restante de programação. Não obstante, estão a ser feitos esforços em muitos países para melhorar a execução através, nomeadamente, da reafetação das despesas a domínios onde há mais procura de financiamento ou onde o financiamento pode ser absorvido mais rapidamente.

Restrições económicas

Não constitui uma surpresa o facto de as restrições às despesas nacionais consagradas ao desenvolvimento terem aumentado nos últimos tempos. Isto fez com que os Estados-Membros tivessem mais dificuldades em encontrar o financiamento necessário para cofinanciar os programas da política de coesão. Simultaneamente, no contexto dos cortes no orçamento nacional, o financiamento da UE tornou-se praticamente na única fonte para financiar as despesas consagradas ao desenvolvimento para muitos dos novos Estados-Membros (UE 12).

As provas sugerem que as medidas tomadas para reduzir os défices orçamentais tenderam a aumentar as disparidades regionais. De facto, as reduções nas transferências governamentais diminuíram o financiamento disponível para as despesas consagradas ao desenvolvimento diretamente e através do efeito no cofinanciamento. As regiões com indústrias mais tradicionais, como a têxtil, continuaram retraídas durante a depressão atual. As associadas à transformação, apesar do forte impacto devido a exportações perdidas, provaram, em muitos casos, serem capazes de recuperar dado que os mercados não da UE recuperaram.

Embora o financiamento nacional disponível possa ter diminuído, a política regional na maioria dos Estados-Membros continuou a estar concentrada em resolver os problemas estruturais subjacentes, em vez de ser adaptada e canalizada para novas atividades.

Resultados desde 2007

Nos primeiros quatro anos do período de programação foram identificados vários resultados significativos.

Em termos gerais, estima-se que tenham sido criados na UE cerca de 189 000 postos de trabalho (equivalente a tempo inteiro) diretamente pelos projetos realizados.

Perto de 24 000 empresas em fase de arranque receberam apoio e mais de 100 000 PME receberam auxílio para investir e inovar.

Foram apoiados cerca de 19 000 projetos de investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação (IDTI) e 6 000 projetos de investigação-cooperação empresarial.

Em termos de infraestruturas, cerca de 920 000 pessoas ficaram ligadas à Internet de banda larga. Cerca de mais 1,5 milhões de pessoas foram ligadas ao abastecimento de água potável e mais de 3,3 milhões foram ligadas coletor de esgoto principal.

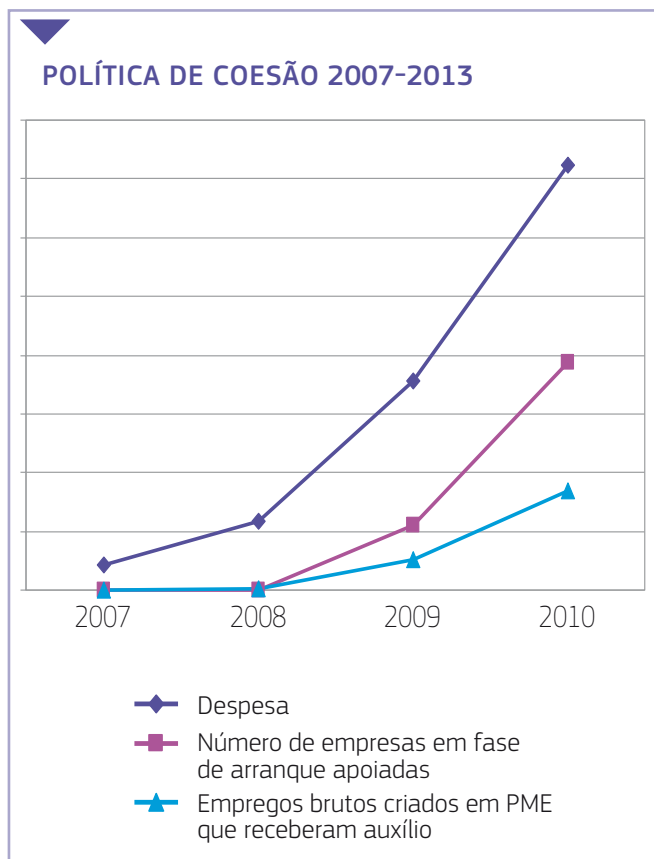
Foram acrescentados cerca de 280 km de autoestradas e 285 km de linhas ferroviárias à rede transeuropeia de transportes e logradas reduções significativas nos tempos de viagem através da reabilitação de estradas e linhas ferroviárias, sobretudo nos novos Estados-Membros da UE (UE 12), ao mesmo tempo que se procedeu à limpeza de 800 km² de terrenos baldios ou contaminados.

(1) Rede de Peritos de Avaliação para a Análise do Desempenho da Política de Coesão 2007-2013.

Progresso em 2010

O ritmo de execução dos programas da política de coesão foi reforçado em 2010, embora fossem visíveis sérios atrasos em alguns países, nomeadamente na Roménia, Bulgária e Itália. Com efeito, os especialistas alertam para a existência de uma questão real que se coloca quanto à capacidade de alguns países disponibilizarem o financiamento durante o período restante de programação para uma correta utilização.

Existe o risco de, em alguns países, a atenção passar a estar centrada na absorção dos fundos, prejudicando assim a qualidade dos projetos apoiados e a sua eficácia na concretização dos objetivos de desenvolvimento. Tendo em conta o clima económico difícil e a pressão sobre os orçamentos públicos, afigura-se ainda mais importante que o financiamento seja desembolsado da forma mais eficaz possível.



Desembolsos

Estima-se que a contribuição do apoio proveniente do FEDER e do Fundo de Coesão para despesas consagradas ao desenvolvimento totalize em média 40% das despesas de investimento público por ano ao longo do período de programação restante nos novos Estados-Membros (UE 12), com os números a variarem de 8% no Chipre e 28% na Eslovénia até 75% na Hungria e na Eslováquia.

À escala global da UE, até ao fim de 2010, cerca de 55% do orçamento disponível para programas foi afetado a projetos, claramente mais do dobro do valor no fim do ano precedente (23%). No entanto, as dotações na Roménia, Bulgária e Itália foram bem menores, representando apenas um terço do financiamento disponível.

Nestes e em alguns outros países, os atrasos na execução são evidentes na maioria dos domínios políticos, o que reflete uma falta de capacidade institucional e de planeamento, bem como dificuldades em encontrar cofinanciamento devido à crise e à fraca procura de financiamento por parte das empresas em razão das incertezas em termos de perspetivas.

Para remediar essa situação, as medidas tomadas para reduzir os atrasos incluem uma reafetação das despesas a domínios onde o financiamento poderia ser gasto mais rapidamente, como é o caso da construção de estradas e vias férreas. Os sistemas de pagamento foram reorganizados para aumentar a sua eficiência, a par de uma simplificação das regulamentações. Registou-se um aumento na formação do pessoal e utilização de consultores externos, bem como o recurso a empréstimos do BEI e de outras entidades para reduzir os problemas de cofinanciamento.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/information/evaluations/index_en.cfm#1

▶ FUNDOS ESTRUTURAIS AJUDAM A UE A RECUPERAR DA CRISE ECONÓMICA



Maior taxa de cofinanciamento para cinco países

Tem sido dada especial atenção aos Estados-Membros que estão atualmente abrangidos por programas especiais de assistência económica, os chamados «países do programa» (Grécia, Irlanda, Letónia, Portugal e Roménia).

Os governos da UE e o Parlamento Europeu acordaram um mecanismo temporário, em dezembro de 2011, que permite que a quota de cofinanciamento da UE seja temporariamente aumentada até 10 pontos percentuais para os países abrangidos por programas especiais de auxílio económico.

Deste modo, sem aumentar o volume geral dos fundos da UE disponíveis, é agora possível, durante o período de planeamento financeiro 2007-2013, para estes quatro países – Grécia, Letónia, Portugal e Roménia – disporem de projetos cofinanciados até ao limite de 95 por cento.

O teto de cofinanciamento da UE para a Irlanda é agora de 60 por cento, superior ao limite anterior de 50 por cento. Qualquer aumento da taxa de cofinanciamento apenas ocorrerá mediante solicitação dos Estados-Membros em questão, estando apenas disponível enquanto o país for um beneficiário da assistência macroeconómica.

Parte da estratégia para recuperar a economia europeia, criar emprego e relançar o crescimento económico passa agora por uma reorientação dos Fundos Estruturais da UE e pela sua utilização como instrumentos de investimento direcionados. Uma maior rapidez na entrega do investimento disponível é também uma prioridade atual e, para alguns Estados-Membros, os fundos foram reprogramados para permitir uma injeção de recursos em setores onde os investimentos podem ser rapidamente absorvidos. Todas estas ações foram realizadas para assegurar que, dentro dos orçamentos e dos programas operacionais para os Fundos Estruturais, estão a ser realizados investimentos para promover o crescimento, com impacto direto e benefícios económicos a longo prazo.

No atual contexto económico difícil, e com pouca margem para despesas nos orçamentos nacionais, este impulso temporário ao cofinanciamento representa um passo positivo e bem-vindo para permitir a continuidade dos investimentos geradores de crescimento.

Ação em curso desde 2009

Em abril de 2009, entrou em vigor um conjunto de medidas para aumentar o impacto e a flexibilidade da política de coesão da UE. As alterações legislativas e outras recomendações para acelerar os processos de financiamento incidiram sobre a simplificação administrativa, maior flexibilidade para os gestores de programas, adiantamento das ações, injeções de capital e um maior recurso à assistência técnica.

Neste contexto, foi proposto um conjunto de 13 medidas individuais. Por exemplo, foi acordado um pagamento adiantado de 6,25 mil milhões de EUR para os programas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo Social Europeu (FSE) para aumentar o fluxo de caixa das autoridades nacionais, regionais e locais. O nível total de adiantamentos perfaz agora 11,25 mil milhões de EUR.



« Estes fundos podem ajudar os Estados-Membros a criar regimes de apoio de maior escala, em particular para os jovens. »

É agora possível maior flexibilidade na gestão dos programas ao permitir-se uma reprogramação das ações para ajudar a combater a crise económica e acelerar as despesas em domínios com melhor potencial de crescimento.

Em Itália, por exemplo, está em curso um Plano de Ação para as regiões do Sul ou Mezzogiorno, que concentra o financiamento na educação, no emprego, nos investimentos em banda larga e nas infraestruturas ferroviárias. Este apoio totaliza um valor de 3,1 mil milhões de EUR e pode ser investido mais rapidamente através de uma alteração à programação. A Comissão Europeia está continuamente a prestar assistência aos Estados-Membros que pretendem concentrar os fundos em setores económicos vitais com o melhor potencial de crescimento possível.

Foram também realizadas várias alterações a nível regulamentar para simplificar os processos e proporcionar uma maior flexibilidade. Isto incide sobre domínios como a ajuda estatal, projetos de grande investimento e a inclusão de programas de eficiência energética e poupança de energia no setor imobiliário.

Para garantir a maior absorção possível do investimento da UE, o apoio técnico foi reforçado relativamente à preparação de grandes projetos. Foram tomadas medidas em cooperação com o Banco Europeu de Investimento (BEI) para simplificar a utilização de instrumentos financeiros, como sistemas de garantia, sobretudo para a criação de novas pequenas e médias empresas (PME).

Apoio para os jovens desempregados e desfavorecidos

Uma das principais preocupações é o nível de desemprego dos jovens na Europa. A Comissão exortou os Estados-Membros a utilizarem a combinação de fundos da UE e o cofinanciamento nacional de 22 mil milhões de EUR da verba do Fundo Social Europeu que ainda não foi afetada a projetos.

Estes fundos podem ajudar os Estados-Membros a criar regimes de apoio de maior escala, em particular para os jovens. Está a ser prestado apoio adicional aos Estados-Membros sob a forma de 4,3 milhões de EUR de assistência técnica prestada através do FSE, para ajudar os Estados-Membros a desenvolver ou expandirem regimes e programas de aprendizagem que apoiem os jovens empresários e os empresários sociais.

Em termos gerais, os Estados-Membros estão agora em condições de transferir recursos entre instrumentos e introduzir novos instrumentos com base nas condições do seu mercado de trabalho. Foram introduzidas novas medidas ou foi dada uma nova ênfase às medidas apoiadas pelo FSE existentes na Bélgica, na República Checa, na França, na Irlanda, na Itália, na Lituânia, na Letónia, no Luxemburgo, nos Países Baixos, em Portugal, na Eslovénia, na Grécia e no Reino Unido.

Estas medidas foram sobretudo direcionadas para os grupos mais atingidos pela crise, através da aplicação de regimes concebidos para manter os postos de trabalho e fomentar a (re) integração e com algumas ações especificamente orientadas para setores seriamente atingidos pela crise económica (como a indústria transformadora, a construção e a indústria têxtil).





Apoio em Portugal

O projeto «Requalificação Urbana da Urbanização de Vila d' Este – Vilar de Andorinho – Fase I – Vila Nova de Gaia» envolve a regeneração urbana integrada e visa promover a eficiência energética dos edifícios residenciais. Os investimentos abrangeram isolamento térmico, reabilitação das áreas de entrada e caixas de escada, instalação e/ou substituição de caixilhos de janelas, instalação de ventilação e sistemas de iluminação. Investimento total: 5,2 milhões de EUR, Contribuição da UE: 4,2 milhões de EUR.

Expansão biotecnológica O projeto «Biocant II» em Aveiro traduz-se na expansão do Parque Tecnológico de Cantanhede e consiste na construção de uma instalação para empresas de biotecnologia e algumas infraestruturas de apoio à sua atividade com principal destaque para os serviços laboratoriais. Investimento total: 3,89 milhões de EUR, Contribuição da UE: 50%.

Apoio na Irlanda

CASALA: o «Centre for Affective Solutions for Ambient Living Awareness» (CASALA) é um dos dois Centros de Investigação Aplicada do campus do Instituto de Tecnologia Dundalk. A sua principal função consiste em trabalhar com a indústria irlandesa para alcançar inovação dos produtos, competitividade empresarial e liderança de mercado no setor emergente de assistência à autonomia no domicílio. Com um financiamento da UE de 1,41 milhões de EUR de um pacote de investimento total de 1,82 milhões de EUR, o Centro ajudar a aumentar a capacidade das tecnologias de informação de Dundalk para competir nas iniciativas nacionais e internacionais de financiamento, sobretudo relativamente ao plano de ação da UE sobre «Envelhecer bem na sociedade da informação».



Apoio na Grécia

A **Iniciativa Corallia Clusters** (cerca de 37 milhões de EUR 2007-2013) nas regiões de Ática e Grécia Ocidental é uma parceria público-privada, visando estimular a competitividade, o empreendedorismo e a inovação em segmentos tecnológicos de conhecimentos intensivos e orientados para a exportação, através do estabelecimento de polos de inovação. Através das atividades da Corallia no domínio da microeletrónica e dos sistemas integrados, foram alcançados resultados tangíveis, nomeadamente um aumento significativo no volume de negócios anual, nas exportações, nos pedidos de patentes e na criação de emprego. Surgiram várias histórias de sucesso através da nova abordagem «ascendente» utilizada na elaboração de políticas.

Prescrição eletrónica: Começou como um projeto-piloto para ajudar a reduzir os gastos desnecessários no sistema de saúde grego e permite poupar mil milhões de EUR por ano. Trata-se de um projeto de Saúde eletrónica com um orçamento relativamente baixo (25 milhões de EUR) e com benefícios diretos previstos para o orçamento público grego de 200 milhões de EUR durante o primeiro ano de operação e de cerca de 500 milhões de EUR de benefícios indiretos através da redução do excesso de prescrições de medicamentos e de tratamentos desnecessários.



Na Letónia, por exemplo, no âmbito da reafetação financeira de 135 milhões de EUR, foi afetado financiamento adicional para a promoção do emprego (um total de 63,5 milhões de EUR) para proporcionar emprego aos mais vulneráveis no quadro do programa de emergência para o emprego, para apoiar a reciclagem das competências dos trabalhadores, para oferecer oportunidades de formação às pessoas que trabalham a tempo parcial em empresas que atravessam dificuldades e para a inclusão social.

Tomada de decisões descentralizadas para projetos de menor dimensão

Desde junho de 2010, apenas é exigida a aprovação da Comissão para projetos acima do valor total de 50 milhões de EUR (combinação de fundos da UE e nacionais). Com o aumento do limiar em 25 milhões de EUR, podem arrancar diretamente mais projetos sem afetar os mecanismos de controlo gerais relativos à utilização dos fundos da UE.

Apoio ao crédito para PME

As pequenas e médias empresas são reconhecidas como o maior gerador de postos de trabalho na Europa, criando, em média, 80 por cento dos novos postos de trabalho. Os Fundos Estruturais podem agora ser utilizados como uma garantia para permitir o acesso das PME ao crédito. Isto aplica-se agora ao financiamento para expansão e não apenas à fase de arranque. Cerca de 500 milhões de EUR dos fundos da UE foram reprogramados para utilização como sistema de garantia.

Projetos prioritários na Grécia

A Comissão e as autoridades gregas elaboraram uma lista com mais de 180 projetos estratégicos impulsionadores de crescimento. Definiram-se prazos para garantir que projetos válidos, no valor total de 11,5 mil milhões de euros (com financiamento conjunto comunitário e nacional), sejam implementados até ao fim de 2013, criando entre 90 000 e 108 000 novos empregos.

O grupo de missão para a Grécia, criado em meados de 2011, está a ajudar a reforçar a capacidade das autoridades gregas em acelerar a execução dos investimentos dos Fundos Estruturais no terreno.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/index_pt.cfm



DR. WALTER DEFFAA
Novo Diretor-Geral da
DG Política Regional

▶ APRESENTAÇÃO DO NOVO DIRETOR-GERAL

O novo Diretor-Geral da Direção Geral da Política Regional, Dr. Walter Deffaa, tem um percurso profissional impressionante na área das finanças e da economia. Estudou Economia nas Universidades de Tubingen e na Universidade Técnica de Berlim, tem um doutoramento em Economia pela Universidade de Estugarda-Hohenheim e é Auditor Interno Certificado. Foi também docente no Colégio da Europa, em Bruges, entre 1999 e 2009.

Trabalha desde 1983 na Comissão Europeia, em Bruxelas, onde, desde fevereiro de 2012, ocupa o cargo de Diretor-Geral da Política Regional. Anteriormente, desempenhou as funções de Diretor-Geral da Fiscalidade e da União Aduaneira (2009-2012), Diretor-Geral do Serviço de Auditoria Interna (2004-2009), Diretor Financeiro na Direção Geral da Política Regional (2003-2004), Diretor no Secretariado Geral (2001-2003), Diretor na Direção Geral do Orçamento (1999-2001) e chefe de gabinete do Comissário Wulf-Mathies (1997-1999). É autor de várias publicações sobre finanças públicas europeias e questões de auditoria.

▶ COMEMORAÇÃO DE PROJETOS INOVADORES NOS PRÉMIOS REGIOSTARS

Os projetos inovadores estiveram em destaque na cerimónia de entrega dos prémios RegioStars 2012, realizada a 14 de junho em Bruxelas, com a atribuição do cobiçado Prémio RegioStars aos cinco vencedores pelas mãos do Comissário da Política Regional Johannes Hahn e do Presidente do Júri dos RegioStars, Luc van den Brande. O júri realçou a excelência e a inovação do trabalho que está a ser realizado no terreno em toda a UE no âmbito das cinco categorias. Nesse sentido, os 24 finalistas foram todos considerados vencedores e um exemplo de inspiração para os demais. A cerimónia dos RegioStars é um evento anual que visa reconhecer e premiar projetos inovadores apoiados pela política de coesão da UE. A atribuição destes prémios data de 2008 e já existem planos delineados para a realização da 6.ª edição dos prémios em fevereiro de 2013.

A cerimónia teve lugar no auditório do Hotel Le Plaza, construído em 1930, em Bruxelas

CRESCIMENTO INTELIGENTE

VENCEDOR: ECO WORLD STYRIA



O prémio foi recebido por Gerd Gratzler, Vice-Diretor para a Economia e Inovação do Governo da Estíria, e por Sabine Seiler, Gestora do Projeto Eco World Styria. O projeto visa aumentar a concentração de empresas de tecnologias limpas («cleantech») em ascensão na região da Estíria (AT)

e ajudar a que este polo se torne um local de referência a nível mundial para os inovadores deste setor. Também tem por objetivo aumentar a competitividade global da região através da inovação na área das tecnologias ecológicas e gerar crescimento económico. ▶Saiba mais: www.eco.at

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

VENCEDOR: GRABS (Green and Blue Space Adaptation for Urban Areas and Eco-towns/Adaptação de Espaços Verdes e Azuis em Áreas Urbanas e Ecocidades)

O prémio foi recebido por Diane Smith, principal parceiro do projeto GRaBs, e por Christophe di Pompeo, membro do Conselho Regional de Nord-Pas de Calais, em nome dos 14 parceiros do GRaBS que estão distribuídos por oito estados-membros (AT, EL, IT, LT, NL, SE, SK e UK). O projeto GRaBS fornece as

ferramentas e o conhecimento necessários para assegurar que o desenvolvimento urbano é convenientemente adaptado aos impactos das alterações climáticas em toda a Europa. O projeto oferece às autoridades públicas e aos designers, arquitetos e técnicos de planeamento urbanísticos a possibilidade de criar e restaurar espaços exteriores e edifícios, para garantir que resistem às alterações climáticas e a condições meteorológicas extremas.

▶Saiba mais: <http://www.grabs-eu.org/>



CRESCIMENTO INCLUSIVO

VENCEDOR: 040 – Older people for older people

(Idosos pelos Idosos)



Kate Stephen, do Centro para a Saúde Rural da University of the Highlands and Islands (UK), e Jim Millard, Conselheiro Político Sénior do Gabinete de Assuntos Europeus do Governo Escocês, receberam o prémio para o projeto 040, que ajuda as comunidades rurais



Johannes Hahn e Luc van den Brande com todos os vencedores dos RegioStars



Johannes Hahn, Comissário da Política Regional



O prestigiado Prémio RegioStars



O Presidente do Júri dos RegioStars, Luc van den Brande



Johannes Hahn e Luc van den Brande com o júri dos RegioStars

a prestarem serviços através da mobilização de pessoas idosas que ajudam outros idosos. Os países das regiões limítrofes do norte da Europa que fizeram parceria com o projeto – Finlândia, Islândia, Irlanda do Norte, Escócia e Suécia – colaboraram com as comunidades na pesquisa e desenvolvimento de formas alternativas de prestar apoio e serviços às pessoas idosas. Mais concretamente, visaram colmatar as falhas na prestação de serviços que permitam que as pessoas idosas continuem a viver nas suas casas e comunidades.

▶Saiba mais: www.040s.eu

CITYSTAR

VENCEDOR: SÖM – Sudeste de Malmö



Pontus Lindberg (à esquerda), Presidente da Parceria Skane-Blekinge no âmbito dos Fundos Estruturais Regionais, e Anders Nilsson, Presidente do Conselho Distrital da Cidade de Fosie, receberam o prémio para o projeto SÖM, com o qual se pretendeu criar um ambiente sustentável em termos sociais, ambientais e financeiros em quatro distritos desfavorecidos do Sudeste de Malmö (SE). O projeto reuniu cidadãos, agentes privados, proprietários e o universo comercial e industrial

para criar uma parceria estratégica e conceber um plano de ação regenerativo para o desenvolvimento futuro da cidade.

para criar uma parceria estratégica e conceber um plano de ação regenerativo para o desenvolvimento futuro da cidade.

▶Saiba mais: www.malmo.se

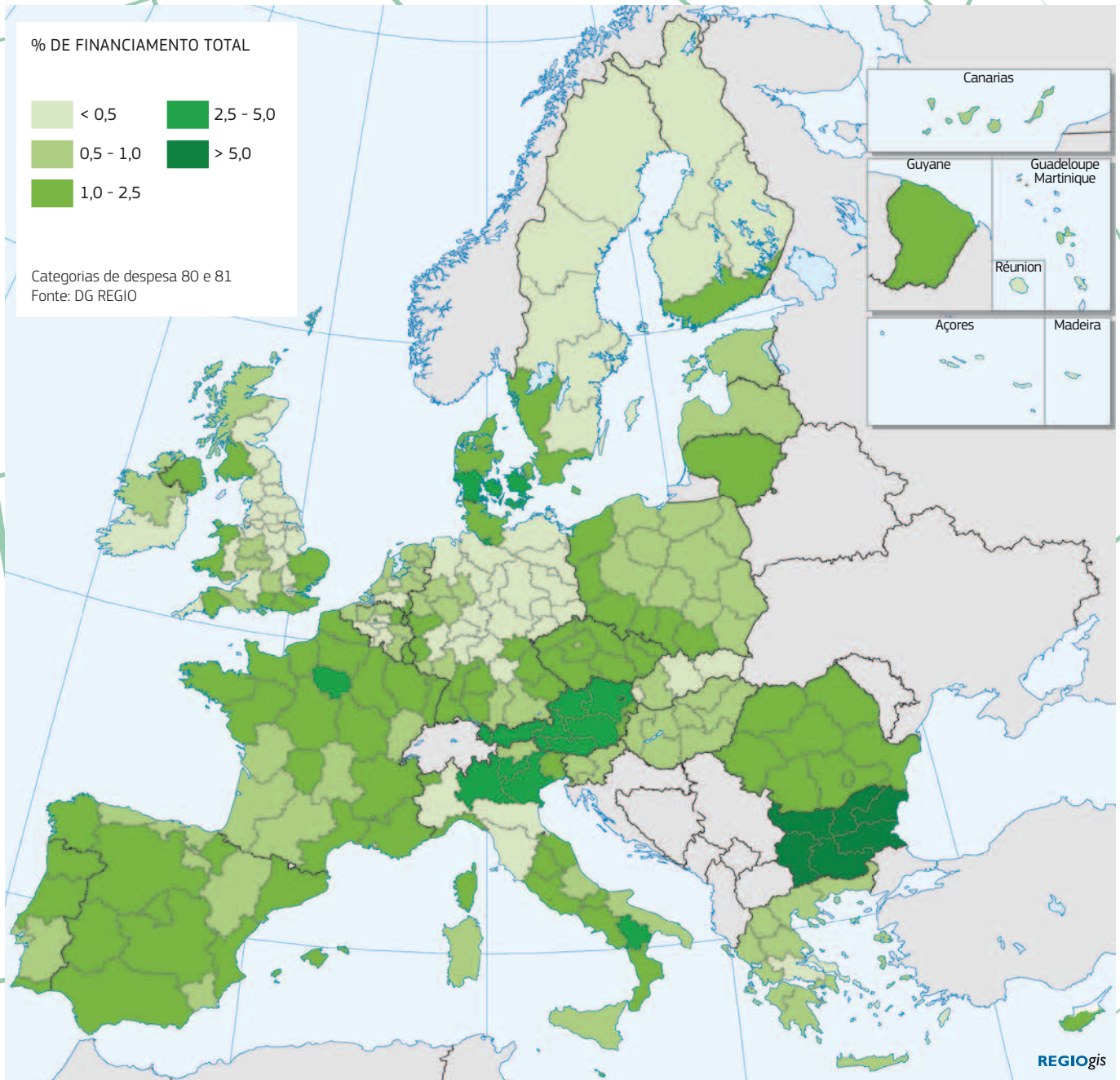
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

VENCEDOR: PODLASKIE VOIVODESHIP

Jarosław Dworzański (à direita), Presidente do Voivodato da Podlândia (PL), e Zbigniew Nikitorowicz, Chefe de Gabinete, receberam este galardão que premeia ferramentas na Internet que informem o público sobre projetos que beneficiam da política regional da UE. O Web site vencedor apresenta informações abrangentes e detalhadas, em polaco e inglês, sobre investimentos cofinanciados e beneficiários dos programas, com ferramentas de fácil utilização para visualizar os efeitos e a aplicação de projetos. Além disso, apresenta exemplos de boas práticas que contribuíram significativamente para o crescimento da província, ajudando a promover os programas e o investimento da UE. ▶Saiba mais: www.podlaskiedotacje.pl



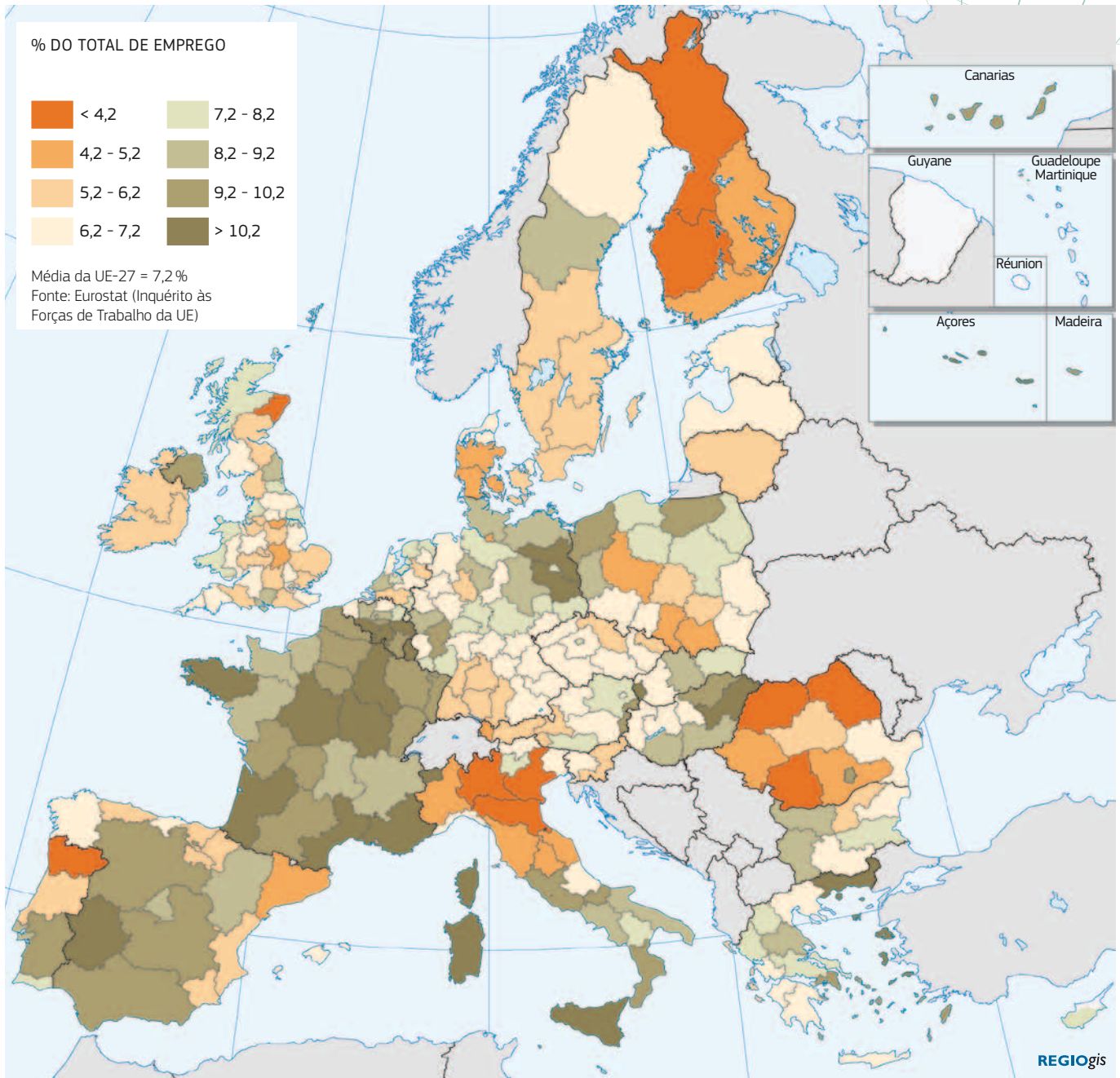
▶ INVESTIMENTOS PREVISTOS DA POLÍTICA DE COESÃO NO REFORÇO DE CAPACIDADES, 2007-2013



Este mapa mostra os investimentos previstos da política de coesão no reforço de capacidades para o período de programação 2007-2013 como uma quota do financiamento total. Isto inclui atividades para melhorar a conceção de políticas e programas, monitorização e avaliação, bem como atividades que promovem parcerias, pactos e iniciativas através da rede de partes interessadas. A política de coesão tem investido cada vez mais em instituições, na governação e no reforço de capacidades a todos os níveis, como fator determinante para melhorar a eficácia das suas intervenções noutros domínios, tais como infraestruturas, inovação, empreendedorismo ou educação.

O mapa mostra que a política de coesão apoia essas atividades em vários locais. As maiores taxas encontram-se em todas as regiões da Bulgária, mas também em regiões mais desenvolvidas, tais como Wien e Oberösterreich (AT) ou Syddanmark (DK), onde a maioria das despesas com o reforço de capacidades é direcionada para melhorar a conceção e execução dos programas. Por outro lado, esse investimento é particularmente baixo em algumas regiões da Alemanha, bem como na maioria das regiões do Reino Unido, da Suécia e da Finlândia.

▶ EMPREGO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*, MÉDIA 2010-2011



Este mapa mostra a taxa de emprego na administração pública (incluindo a defesa e segurança social) como uma percentagem do emprego total. Este indicador reflete a importância do setor público na criação de emprego. A taxa de emprego no setor público reflete, em grande medida, o tipo de região, sendo maior nas zonas urbanas do que nas rurais. A taxa fornece também uma indicação da estrutura da economia. A curto prazo, a criação de emprego no setor público poderá salvar e criar postos de trabalho quando a atividade económica regista um declínio. Contudo, a longo prazo, poderá refletir insuficiências do setor privado na sua capacidade de criar emprego.

A situação nas regiões da UE é bastante heterogénea. Nalgumas regiões, como no Nordeste da Escócia (UK), Lombardia (IT) ou Nordeste (RO), os valores são particularmente baixos, com taxas em 2011 de 2,8%, 3,2% e 3,3% do emprego total, respetivamente. Noutras regiões, o setor público é um criador de emprego bem mais importante, com uma taxa de emprego no setor público que atinge quase 30% na Ciudad Autónoma de Ceuta e Ciudad Autónoma de Melilla (ES), 20,5% em Voreio Aigaio (EL) e 13,1% na Córsega (FR).

*NACE (Classificação das Atividades Económicas na Comunidade Europeia)
 Secção O = «Administração pública e defesa; segurança social obrigatória»

▶ QUAL A MELHOR FORMA DE SELECIONAR PROJETOS PARA COFINANCIAMENTO

RECOMENDAÇÕES PARA O FEDER NO PERÍODO 2014-2020

Selecionar os projetos que mais contribuem para os objetivos do programa e que exijam recursos e esforços administrativos mínimos é crucial para aplicar a política de coesão. Numa altura de restrições orçamentais, será dada uma maior ênfase à eficácia e eficiência dos investimentos públicos. O novo quadro regulamentar proposto pela Comissão para o período de programação 2014-2020 irá também concentrar-se mais no desempenho. O conjunto de atividades cofinanciadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) é extremamente diversificado, não havendo um processo «único» para a seleção dos projetos. Este processo deverá sempre ser adaptado às condições e ao quadro existente no respetivo Estado-Membro ou região. Com base num recente estudo que analisou os processos de seleção de projetos em seis Estados-Membros, é possível formular várias recomendações para o período 2014-2020.

Preparação de convites à apresentação de projetos

Normalmente, as autoridades de gestão recebem candidaturas de potenciais beneficiários através de um sistema de convites à apresentação de projetos. As decisões básicas sobre a organização da seleção de projetos já estão tomadas na fase de programação, quando a autoridade de gestão opta por convites temporários ou permanentes à apresentação de projetos, decide se os convites se realizarão numa ou em várias fases e define e adota, em conjunto com o comité de acompanhamento, os critérios de seleção de projetos aplicáveis ao convite. Neste contexto, recomenda-se:

- a participação das partes interessadas, nomeadamente do setor privado, e dos intervenientes relevantes para a região, na preparação dos convites à apresentação de projetos;
- a adaptação do convite à apresentação de projetos às necessidades reais do setor, comunicando claramente aos candidatos e às partes interessadas os objetivos

específicos, a dotação, as condições de financiamento, os critérios de seleção e o procedimento;

- a atribuição de prioridade, no processo de seleção, às candidaturas que mais contribuam para os objetivos do programa e que exijam menos recursos;
- a definição e aplicação de limites de custos unitários/referências para garantir uma boa gestão financeira;
- o estabelecimento de critérios de seleção claros, simples e compreensíveis, em número limitado e que permitam aos avaliadores especialistas avaliarem a ideia que se encontra por detrás da candidatura do projeto.

Orientação para os candidatos

A orientação fornecida pela autoridade de gestão (ou, mais frequentemente, pelo organismo intermédio) aos candidatos é uma variável importante que determina a eficácia geral dos procedimentos de seleção. Deve-se:

- reforçar a orientação destinada aos candidatos, disponibilizando consultas e oferecendo um rápido parecer sobre as oportunidades de obter financiamento;
- disponibilizar aos candidatos instrumentos baseados na Web, como ferramentas de autoavaliação, instruções claras e concisas e formulários de procedimentos.

Preparação e entrega de candidaturas

Os candidatos devem preparar as candidaturas de acordo com os requisitos dos convites à apresentação de projetos. O número e o conteúdo dos documentos exigidos varia consideravelmente em função do tipo de projeto, do seu âmbito e das particularidades do Estado-Membro/autoridade de gestão.

Consoante os procedimentos existentes e o nível de serviços eGovernment disponibilizados no Estado-Membro, os candidatos poderão entregar a candidatura por correio, de forma eletrónica ou pessoalmente.



Avaliação das candidaturas, seleção do projeto e conclusão do acordo de financiamento

Muitos candidatos recorrem a consultores externos para a preparação das suas candidaturas (quase 90% nalguns Estados-Membros). Apesar de o recurso a especialistas se justificar se não estiverem disponíveis conhecimentos especializados adequados a nível interno (p. ex., engenheiros para a elaboração de documentos relacionados com engenharia), o uso generalizado da externalização para a elaboração de candidaturas a subvenções realça a necessidade de se definirem requisitos claros e concisos no convite à apresentação de projetos, e de se disponibilizar uma orientação apropriada e direcionada para o público-alvo. Deve-se:

- solicitar aos candidatos apenas os documentos essenciais para a avaliação da candidatura do projeto face às condições da subvenção e aos objetivos do programa;
- limitar o envolvimento de consultores externos ao nível da candidatura, definindo regras claras e limites financeiros para a externalização;
- solicitar apenas uma vez o mesmo documento junto do candidato⁽¹⁾;
- promover eSolutions para além dos requisitos regulamentares de eCohesion propostos, também para os candidatos. A apresentação eletrónica de documentos e dados é particularmente recomendada, dado que proporciona aos candidatos informação em tempo real sobre a sua candidatura.

Consoante se trate de um convite à apresentação de projetos permanente ou temporário, as candidaturas são avaliadas de forma contínua ou depois de expirado o prazo para a apresentação das candidaturas. A avaliação é normalmente realizada pela autoridade de gestão/organismo intermédio, por vezes com o auxílio de um ou vários avaliadores externos. Deve-se:

- reduzir os custos administrativos, limitando o número de avaliadores ao mínimo necessário, e estabelecer regras para a prevenção de conflitos de interesse entre os avaliadores externos;
- aumentar a transparência através da publicação das responsabilidades dos organismos de seleção, dos nomes dos avaliadores e dos membros dos organismos de seleção, de relatórios de avaliação e dos resultados de avaliação completos, e informando os candidatos não aprovados dos motivos da rejeição;
- minimizar o tempo que decorre entre a apresentação da candidatura do projeto e a decisão de financiamento, p. ex., definindo prazos vinculativos;
- aplicar procedimentos de recurso acessíveis para os candidatos.

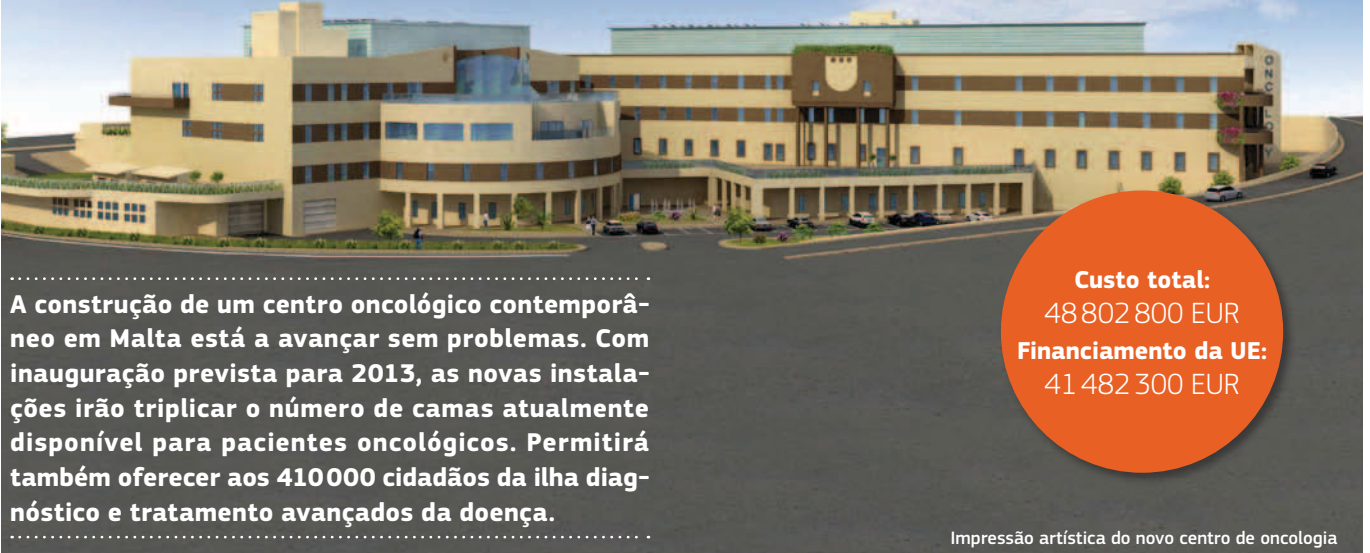
(1) O princípio de codificação «único», conforme referido na Lei das Pequenas Empresas na Europa, adotado em 25/06/2008, SEC (2008) 2101.

► SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/selection/selection_process.pdf

▶ MALTA

▶ CUIDADOS ONCOLÓGICOS DO SÉCULO XXI



A construção de um centro oncológico contemporâneo em Malta está a avançar sem problemas. Com inauguração prevista para 2013, as novas instalações irão triplicar o número de camas atualmente disponível para pacientes oncológicos. Permitirá também oferecer aos 410 000 cidadãos da ilha diagnóstico e tratamento avançados da doença.

Custo total:
48 802 800 EUR
Financiamento da UE:
41 482 300 EUR

Impressão artística do novo centro de oncologia

O Centro Oncológico do Hospital Mater Dei foi designado desta forma devido a um novo hospital geral de emergência em Msida, uma localidade situada na costa nordeste da ilha. Enquanto extensão do hospital geral, as novas instalações irão assumir todo o trabalho oncológico realizado no Hospital Sir Paul Boffa, situado nas imediações e especializado em cuidados oncológicos e paliativos. Compromete-se também com os objetivos do abrangente Plano Nacional contra o Cancro de Malta (2010-2015), como, por exemplo, a redução dos tempos de espera e a melhoria da prática terapêutica.

O centro oncológico irá disponibilizar meios de tratamento oncológico avançados, com uma abordagem global em termos de cuidados. Estará interligado com o Hospital Mater Dei em termos materiais e organizacionais, tendo uma área útil de cerca de 23 000 metros quadrados.

Cofinanciado pela UE no âmbito do FEDER, o novo edifício terá 74 camas para internamento, 22 camas de cuidados de dia e 12 serviços de consulta oncológica externa. Das quatro zonas funcionais, a maior é a área de internamento, que oferece cuidados oncológicos para adultos (32 camas ao todo, sendo que 5 foram acrescentadas pelo projeto), cuidados paliativos (16 camas adicionais), cuidados oncológicos pediátricos e para adolescentes (aumento de 6 para 10 camas), pavilhões de hematologia (16 camas transferidas do Hospital Mater Dei) e uma unidade de radioisótopos.

▶ SAIBA MAIS

https://ehealth.gov.mt/healthportal/health_institutions/hospital_services/mater_dei_hospital/mater_dei.aspx

Instalações amplas e modernas

Na área de consultas externas, o projeto acrescenta oito serviços de consulta oncológica externa, permitindo assim chegar a um total de 12. As áreas de diagnóstico e tratamento incluem um departamento de radioterapia, cuidados de dia e meios para a administração de anestésias gerais. Por fim, a área destinada aos serviços de apoio clínico e não clínico irá incluir desde fisioterapia a trabalho social e apoio psicológico.

Após as obras de escavação da primeira fase, na segunda fase, foram construídos três bunkers para albergar o equipamento de radioterapia essencial sob a forma de aceleradores lineares. Um quarto bunker irá complementar esta área, o que proporcionará aos pacientes oncológicos malteses a radioterapia do século XXI. A terceira fase prevê a construção do restante centro.

«O objetivo do nosso novo centro de cuidados é realizar progressos no tratamento, na educação e na investigação em matéria de oncologia», afirma Brian St John, diretor geral da Foundation for Medical Services e chefe de projeto do Centro Oncológico. Acredita também que as instalações irão encorajar práticas de trabalho novas e melhoradas entre os profissionais de cuidados oncológicos em Malta.

Todos os anos, cerca de 1400 residentes malteses têm cancro, sendo que 700 mortes estão relacionadas com esta doença. O novo centro tem como objetivo tratar 60% de todos os pacientes oncológicos de Malta. Beneficiará também de infraestruturas ecológicas, como painéis solares no telhado e sistemas de recuperação energética.

OLOMOUCKÝ KRAJ, REPÚBLICA CHECA

▶ AUMENTAR A MOBILIDADE PARA OS UTILIZADORES DE CADEIRAS DE RODAS

Um novo veículo inovador concebido para transportar os utilizadores de cadeiras de rodas de forma segura e rápida na via pública irá brevemente ser produzido em série. Desenvolvido pelo fabricante de máquinas checo ZLKL, com sede em Loštice na região de Olomouc, o Elbee foi também apoiado por fundos da UE com vista a permitir a produção deste protótipo.

Os utilizadores de cadeiras de rodas enfrentam várias dificuldades com um veículo normal, como a necessidade de alterar os bancos ao entrar ou sair do veículo. Colocar a cadeira de rodas dentro do carro pode também ser complicado.

Um Elbee é uma solução elegante para contornar estes desafios. Tem portas articuladas únicas, comandadas à distância. A porta inferior transforma-se em rampa, o que permite ao utilizador da cadeira de roda colocá-la ou retirá-la do veículo com facilidade. Depois de a porta fechar, o utilizador pode conduzir o veículo sentado na cadeira de rodas.

O veículo está oficialmente classificado como um «veículo pesado todo o terreno», alcançando uma velocidade máxima de 80 km/h. As suas dimensões compactas permitem estacioná-lo de forma paralela ao passeio, para que o utilizador da cadeira de rodas possa, com comodidade, passar diretamente do veículo para o passeio em vez de para a estrada. É possível transportar um passageiro na parte traseira do veículo. Os elementos de direção e design podem ser personalizados individualmente, de acordo com as necessidades e os desejos de cada condutor.

Nascido em 2003 como veículo conceito, a ZLKL retomou o Elbee em 2004 para, quatro anos mais tarde, o transformar num protótipo funcional. O veículo evidencia-se pela sua construção única e por vários elementos técnicos inovadores, tendo recebido, em 2007, um apoio adicional do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

▶ SAIBA MAIS
www.elbee.cz



Custo total:
1 448 800 EUR
Financiamento da UE:
614 100 EUR

Pronto para o lançamento comercial

Os fundos da UE irão permitir o início da produção do veículo, bem como a aquisição de tecnologias e o processo de certificação. A ZLKL está a trabalhar no sentido de aumentar substancialmente a utilidade e a fiabilidade do veículo.

As investigações realizadas pela ZLKL destacaram a importância de os utilizadores de cadeiras de rodas poderem movimentar-se de forma independente, sem ajuda. «Os nossos esforços destinam-se a proporcionar independência e liberdade de movimento às pessoas com mobilidade reduzida, de forma a melhorar a sua qualidade de vida», afirma o gestor de projeto Ladislav Brázdil, Jr.

A empresa acredita que o Elbee será recebido com entusiasmo por esta população e que haverá interesse neste produto, tanto na República Checa como em toda a Europa. Considera o veículo como uma solução muito prática para as deslocações diárias dentro e fora da cidade, sublinhando também o seu design atrativo.

A produção em série do Elbee arranca nos inícios de 2013. Num primeiro momento, será destinada apenas ao mercado checo, estendendo-se posteriormente ao mercado internacional.

▶ POHJOIS-KARJALA, FINLÂNDIA

▶ A UNIDADE FAZ A FORÇA

Um polo científico e tecnológico altamente especializado está a melhorar a imagem da região da Carélia do Norte, no leste da Finlândia. Composto por quatro centros individuais, e com ênfase nos materiais, na tecnologia de precisão e na ótica difrativa, este polo está a promover a investigação e o desenvolvimento nestes três domínios, ao mesmo tempo que fomenta o aparecimento de novos negócios em toda a região.

Grande parte do polo encontra-se em Joensuu, o principal centro urbano da região. O quarto centro está situado em Kuopio, 130 km mais a oeste.

Instalações inicialmente distintas, os centros trabalham hoje em estreita colaboração, com o apoio da Universidade do Leste da Finlândia e com a coordenação administrativa do SIB-labs, um laboratório criado a partir do polo. «Reforçar o formato de colaboração promove a competitividade regional. É um excelente exemplo de trabalho em equipa direcionado e de colaboração com os organismos de financiamento da UE nacionais e locais, os institutos de investigação e os parceiros industriais», afirma o Professor Mika Suvanto, diretor do SIB-labs.

Uma plataforma liderada pela universidade

O amplo polo beneficia da forte base educativa dada pelas duas universidades, nomeadamente ciências naturais (química, física, TI), na Universidade do Leste da Finlândia, e tecnologia, na Universidade de Ciências Aplicadas da Carélia do Norte.

Os quatro centros de investigação, desenvolvimento e inovação de alta tecnologia foram criados na Carélia do Norte graças aos fundos UE disponibilizados desde 2000. Formam, agora, o «Polo de projeto de materiais e tecnologia de precisão e ótica difrativa» da UE.

A «Ultra Precision Unit» (Unidade de alta precisão) especializa-se nas máquinas de precisão e trabalha, principalmente, com empresas dos setores dos plásticos e metais para desenvolver novos produtos. O Laboratório de Investigação para a Ótica



Difrativa e a Fotónica tem uma infraestrutura de investigação única, com um laboratório assente na investigação científica na universidade. Ajuda as empresas a desenvolverem produtos e testa ideias originais.

A SMARC Innovations (SMARCi) é uma unidade de investigação do Departamento de Química da Universidade do Leste da Finlândia. Dedicar-se à investigação de materiais de alto nível e à promoção da transferência de tecnologia, aumentando ainda a competitividade da região ao estabelecer uma interligação entre a investigação científica e a indústria. Por fim, o Centro InFotonics Joensuu combina conhecimentos especializados na fotónica e TI. Líder mundial na engenharia ótica de ondas e na investigação da cor espectral, criou uma rede de cooperação com laboratórios e institutos de topo que operam neste domínio.

Após a conclusão do projeto, as atividades do SMARCi e do Centro InFotonics Joensuu continuarão, como parte do SIB-labs. Este ambiente de investigação reúne os conhecimentos especializados da Universidade do Leste da Finlândia na investigação de biomateriais, materiais, fotónica e cor espectral.

▶ SAIBA MAIS

<http://www.uef.fi/siblabs/>

<http://wartsila.pkamk.fi/upu/>

www.ifc.joensuu.fi

▶ BRATISLAVSKÝ KRAJ, ESLOVÁQUIA

▶ DETEÇÃO MELHORADA DE AGENTES PATOGÉNICOS INFECIOSOS OCULTOS

As pessoas saudáveis podem ser portadoras de infeções virais durante vários anos sem serem detetadas. Contudo, se o seu sistema imunitário enfraquecer, estas infeções ocultas podem transformar-se em grandes ameaças para a saúde. Uma das soluções passa pela melhoria do diagnóstico de agentes patogénicos infecciosos, sendo este o caminho que está atualmente a ser percorrido por um projeto de investigação da UE na Eslováquia.

Recentemente, os cientistas revelaram que várias infeções virais diferentes podem passar despercebidas nas pessoas, não criando problemas de maior. No entanto, um enfraquecimento do seu sistema imunitário devido, por exemplo, a uma doença, um transplante de órgãos ou a efeitos secundários de um tratamento, pode levar estas infeções a tornarem-se mais virulentas, causando graves complicações médicas ou, inclusivamente, a morte da pessoa infetada.

Em junho de 2010, a BioScience Slovakia, com sede em Bratislava, colaborou com o Instituto de Virologia da Academia Eslovaca de Ciências (SAS – Slovak Academy of Sciences) no projeto «Investigação industrial no diagnóstico clínico de agentes patogénicos infecciosos», cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Trabalham em cooperação para melhorar significativamente o diagnóstico de agentes patogénicos infecciosos, uma área pouco investigada atualmente, baseando-se em vários métodos e formatos para cada agente patogénico.

Diagnóstico abrangente

«Para simplificar, acelerar e aumentar a sensibilidade do diagnóstico, os cientistas precisam de adotar uma abordagem abrangente», afirma o Dr. Peter Kilián, diretor executivo da BioScience Slovakia e chefe de laboratório. «Isto pode passar por um formato unificado adequado ao diagnóstico de rotina e, ao mesmo tempo, pela aplicação de conhecimentos pioneiros em matéria de biologia molecular». O objetivo é introduzir este novo formato de análises na utilização clínica de rotina e, simultaneamente, criar uma base de investigação comum entre o meio académico e a indústria privada.

Os parceiros já concluíram a fase de análise bioinformática. A investigação está a avançar para a preparação de controlos negativos e positivos, com o objetivo de otimizar e afinar as condições para a deteção de agentes patogénicos.

Em janeiro de 2012, os parceiros apresentaram um pedido de patente americano e internacional, baseado diretamente nos resultados obtidos até à data. Esta patente descreve as composições e os métodos para detetar o vírus da coriomeningite linfocitária (LCMV) em pessoas e/ou distinguir as infeções por LCMV agudas e crónicas. «Este vírus é um exemplo de agente patogénico negligenciado que pode ter um impacto dramático na saúde de indivíduos com sistema imunitário enfraquecido», acrescenta o Dr. Kilián.

Prevê-se que o projeto termine em maio de 2013, mas temos ainda muito trabalho pela frente, pois segundo o Dr. Kilián: «Não existem dados fiáveis sobre a prevalência do vírus LCMV na população em geral, pelo que gostaríamos de completar os novos dados obtidos em relação a isso através da utilização do procedimento de deteção desenvolvido no nosso projeto».



Custo total:
1 641 900 EUR
Financiamento da UE:
1 240 400 EUR

Trabalhar com culturas de células em compartimentos de segurança biológica de Classe II

▶ SAIBA MAIS
www.bioscience.sk/projects.html

▶ COMEMORAÇÃO DO DIA DA EUROPA NA UE

9 de maio é o Dia da Europa – um dia especial para todos os cidadãos europeus já que se comemora a famosa Declaração Schuman. A 9 de maio de 1950, cinco anos após ter terminado a Segunda Guerra Mundial, o Ministro dos Negócios Estrangeiros francês Robert Schuman avançou pela primeira vez com a ideia da União Europeia ao propor a criação de uma Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).

A 29 de junho de 1985, durante o Conselho Europeu de Milão, os chefes de estado e de governo concordaram em estabelecer o dia 9 de maio como o «Dia da Europa». Comemorado anualmente desde 1986, este Dia constitui uma ocasião para atividades e festividades destinadas a aproximar a Europa dos seus cidadãos. Alguns dos eventos aqui referidos destacam os benefícios que o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) traz para as regiões de toda a UE.

BÉLGICA Oost-Vlaanderen

Todos os anos, o Dia da Europa é organizado numa parte diferente da província de Flandres Oriental. Este ano, a quarta edição teve lugar a 6 de maio em Waasland, no leste da província. Teve um duplo objetivo: mostrar o que pode ser alcançado com o financiamento da EU, colocando em destaque projetos específicos, e divulgar informações sobre o impacto da UE no quotidiano dos cidadãos. Entre as atividades principais, contou-se uma exposição de rua de projetos selecionados em Sint-Gillis-Waas, sete projetos «Portas Abertas» e um passeio de bicicleta transfronteiriço.

▶ Saiba mais: www.europadag.be



REPÚBLICA CHECA

Praga

A 9 de maio, numa conferência de imprensa em Praga, realizou-se o lançamento oficial de um mapa online de projetos financiados pela UE. O mapa é uma iniciativa comum da Representação da CE na República Checa e do Ministério do Desenvolvimento Regional. O mapa encontra-se disponível online em www.mapaprojektu.cz



LETÓNIA

Riga

Realizado pela primeira vez em 2009, o «Garden Festival» de 2012 da UE celebrou os cinco anos da adesão da Letónia à União Europeia. As celebrações deste ano foram organizadas em torno de 10 tendas temáticas que representavam várias instituições, como embaixadas e organismos governamentais. O evento atraiu 400 representantes de 70 organizações e milhares de visitantes. O Ministério das Finanças divulgou informações sobre o Euro e sobre os Fundos da EU numa tenda subordinada ao tema «Europa Próspera». Também estiveram representados o Programa de Cooperação Transfronteiriça Letónia-Lituânia e um dos cinco Fundos Estruturais Regionais da Letónia (Riga).

►Saiba mais: <http://www.latlit.eu/>



BULGÁRIA-ROMÉNIA

Silistra/Calarasi

No dia 9 de maio, o Programa de Cooperação Transfronteiriça Roménia-Bulgária deu as boas-vindas a estudantes da Escola «Mihai Eminescu» em Calarasi, Roménia, e da Escola «Nicola Vaptsarov» em Silistra, Bulgária. O evento teve por objetivo aumentar o nível de consciencialização relativamente ao Programa e sensibilizar os jovens para a importância de exercer uma cidadania ativa ao nível europeu. O interesse e as várias questões colocadas pelos estudantes atestaram o êxito do evento. Como testemunhado pela participante romena Georgina: «Tive a oportunidade de descobrir que a União Europeia está perto de nós, em sentido literal e figurativo, e que não é apenas uma bandeira. Significa cooperação, tolerância e comunicação, pois estamos “Unidos na Diversidade”. Apercebi-me de que os laços entre os romenos e os búlgaros são mais fortes do que pensava.»

►Saiba mais: <http://www.cbcrromaniabulgaria.eu/index.php>



PAÍSES BAIXOS

Dordrecht

Cerca de 150 projetos cofinanciados pela UE abriram as suas portas ao público nos dias 11 e 12 de maio em comemoração do «Europa Kijkdagen» ou Dia da Europa. Um deles chamava-se «Duurzaamheidfabriek» ou «Fábrica da Sustentabilidade». Este edifício de construção recente, representando tudo o que é inovador e sustentável, convida novas empresas, investidores «ecológicos» e jovens técnicos talentosos a reunirem-se para testar e desenvolver métodos e produtos sustentáveis, criativos e viáveis.

▶Saiba mais: <http://www.europaomdehoek.nl/kijkdagen>



PORTUGAL

Madeira

No dia 9 de maio, o Instituto de Desenvolvimento Regional organizou uma exposição de rua na cidade do Funchal (Travessa do Cabido, n.º 16). O evento teve como objetivo fornecer informações ao público sobre os vários programas cofinanciados pela União Europeia. Ao longo do dia, os visitantes puderam colocar questões e participar em debates acerca dos projetos, assim como receber «brindes» relevantes e inesquecíveis.

▶Saiba mais: <http://www.idr.gov-madeira.pt/>



ESLOVÉNIA

Maribor

Enquanto Autoridade de Gestão dos fundos da UE, o Ministério do Desenvolvimento Económico e da Tecnologia esloveno marcou presença na «Semana Europeia da Juventude» (7-10 de maio) ao lado da Representação da Comissão Europeia. Integrado no projeto Aldeia Europeia, o evento constituiu uma oportunidade para apresentar exemplos de diversas áreas da vida em vários Estados-Membros da UE. A diversidade cultural da Europa ficou amplamente ilustrada através de uma série de pitorescas bancas de mercado e de um apelativo programa de entretenimento que, no seu todo, ofereceram música, dança, canções, comida e outras particularidades de cada país. ▶Saiba mais: <http://www.maribor2012.eu/en/nc/project/prikaz/114505/>



GRÉCIA Creta

Creta comemorou o Dia da Europa com uma série de eventos destinados a visitantes de todas as idades e com diferentes níveis de interesse. Num dos locais mais emblemáticos e com melhor acessibilidade da ilha, as partes interessadas puderam participar em seminários enquanto o público em geral foi contemplado com uma série de atividades interativas de informação e entretenimento, incluindo um concerto de música ao ar livre. ▶Saiba mais: <http://www.espa.gr/en/Pages/NewsFS.aspx?item=361>



FRANÇA Midi-Pyrénées

No dia 12 de maio, os visitantes tiveram a oportunidade de redescobrir Toulouse sob os auspícios do Dia da Europa, participando num longo passeio de bicicleta que partiu da Place du Capitole da cidade. Aberto a todos e quaisquer participantes, o passeio percorreu os campos e os espaços verdes da cidade, dos canais e dos rios, parando ao lado de dez projetos diferentes cofinanciados pela UE. Os participantes puderam trazer as suas próprias bicicletas ou alugar uma na estação de bicicletas junto ao ponto de partida. ▶Saiba mais: <http://www.europe-en-midipyrenees.eu/le-joli-mois/#event32468>



▶ COMUNICAR A POLÍTICA REGIONAL

As atividades de informação e comunicação são parte integrante da gestão do programa: divulgar ao público os resultados e as oportunidades de financiamento da política regional constitui uma prioridade fundamental da execução do programa. A avaliação intercalar das atividades de informação e comunicação realizada no ano passado constituiu uma base útil para fazer um balanço dos resultados até à data e dos desafios futuros. A revista *Panorama* aborda o tema com representantes da Hungria, da Polónia e de Portugal.

▶ Que abordagem adotaram face à avaliação intercalar das atividades de informação e comunicação no(s) vosso(s) programa(s)?

Na Polónia, a avaliação teve por base os dados recolhidos regularmente para fins de monitorização e avaliação contínua das atividades de comunicação sob a forma de inquéritos anuais. Estes inquéritos têm sido conduzidos numa amostra representativa da população desde 2006, utilizando o mesmo âmbito e metodologia, para gerar resultados comparáveis.

«Fizemos igualmente uso dos dados de outras sondagens de opinião», explica Paulina Piotrowska do Ministério do Desenvolvimento Regional, «sobre o reconhecimento e a imagem dos fundos da UE e dos programas operacionais realizados junto da população e de determinados grupos-alvo, bem como do inquérito Eurobarómetro Flash em 2010. Esta grande variedade de fontes permitiu-nos desenvolver a avaliação internamente.»

De igual modo, em Portugal a avaliação foi conduzida essencialmente a nível interno, através de sítios Web, *newsletters*, seminários e eventos, bem como inquéritos aos beneficiários e ao público. «Apenas em dois de dez programas houve uma avaliação externa», sublinha Paulo Emerenciano do Ministério da Economia e do Emprego, «para receber informação mais qualitativa sobre pormenores relativos ao reconhecimento da marca.»



Na Hungria optou-se por uma abordagem diferente na qual a comunicação sobre os programas é realizada a nível central. «Realizámos uma avaliação com a ajuda de uma empresa de estudos de mercado externa», explica Nándor Csepregy da Agência de Desenvolvimento Nacional. «Esta examinou de que modo as atividades de comunicação durante 2007-2010 sobre os desenvolvimentos financiados pela UE e a execução dos programas contribuíram para atingir as metas do plano da comunicação, que consistiam em familiarizar o povo húngaro com os resultados dos fundos da UE e o papel geral desempenhado pela UE nesses progressos.»

▶ Quais as principais conclusões da avaliação?

Nos três países, os resultados foram unânimes em mostrar uma consciencialização crescente relativamente aos fundos da UE e ao seu impacto positivo no desenvolvimento nacional e regional.

Na Polónia, o resultado do inquérito Eurobarómetro mostrou um dos mais altos indicadores do reconhecimento dos fundos, enquanto na Hungria, graças às atividades de comunicação durante este período, 76% da população total, 75% de potenciais candidatos e quase 100% dos beneficiários têm um conhecimento geral dos projetos financiados pela UE ou conhecem projetos na sua zona.



Da esquerda para a direita:

▶ **NÁNDOR CSEPREGHY**
Director do Departamento
de Comunicação, Agência de
Desenvolvimento Nacional (HU)

▶ **PAULINA PIOTROWSKA**
Especialista sénior na avaliação
de atividades de informação
e promoção, Ministério do
Desenvolvimento Regional (PL)

▶ **PAULO EMERENCIANO**
Coordenador do Centro de
Comunicação e Documentação,
Ministério da Economia
e do Emprego (PT)

Os resultados de Portugal destacaram algumas conclusões comuns, sendo o conteúdo informativo particularmente importante. «A utilização de fotografias e vídeos dos projetos com pessoas mostram um lado humano e o relato de histórias sobre os projetos é essencial para chamar a atenção de potenciais beneficiários», afirma Paulo Emerenciano. «É importante dispor de informações exatas e atualizadas nos sítios Web, tal como um acesso rápido e fácil a informações oficiais, como regulamentos e listas de projetos. As informações georreferenciadas sobre os projetos fazem com que sejam mais fáceis de encontrar».

A estratégia de comunicação é crucial, tal como o é uma rede de comunicação para apoiar a coordenação. A segmentação da comunicação direcionada para metas específicas pode criar relações reciprocamente vantajosas e as atividades de comunicação regulares e contínuas consolidam o reconhecimento e a consciencialização. As tecnologias de informação e comunicação são um meio privilegiado de comunicação e os sítios Web deveriam ser utilizados, não apenas como fontes de informação, mas também como canais de atendimento ou até mesmo balcões únicos.

«As principais fontes de informação para os beneficiários (sítios Web, publicações e ações de formação) foram bem sucedidas, tal como o foram as direcionadas ao público em geral: campanhas nos meios de comunicação social e outros projetos destinados aos meios de comunicação social», sublinha Paulina Piotrowska, «mas é fundamental adaptar as mensagens principais à realidade em mudança, como, por exemplo, o orçamento da UE ou a crise económica».

▶ Quais os ensinamentos extraídos com este exercício? O(s) vosso(s) programa(s) modificaram a estratégia de comunicação devido à avaliação intercalar?

Na Polónia, a avaliação permite que a estratégia de comunicação seja revista e atualizada de forma mais precisa. Os grupos-alvo de comunicação e os indicadores de monitorização foram adaptados e as ferramentas da Internet mais desenvolvidas.

«Agora devemos-nos concentrar em ajustar as nossas mensagens», afirma Paulina Piotrowska, «por exemplo, para abordar os benefícios dos fundos da UE relacionados com a qualidade de vida das pessoas e apresentar os efeitos reais da sua implementação. Gostaríamos de expandir a perceção dos fundos para além do apoio à construção de estradas, infraestruturas técnicas ou agricultura e concentrar a atenção em domínios como a inovação e outros benefícios, como a inclusão social, oportunidades para os jovens e pessoas com mais de 50 anos. Recomendamos vivamente uma avaliação regular da eficácia da comunicação ou das suas ferramentas individuais. A avaliação fornece informações muito importantes que permitem modificar as atividades de comunicação em curso para maximizar a sua eficácia.»

Uma maior sensibilização poderá apontar o caminho para um aumento das candidaturas futuras na Hungria. «O indicador de referência para as candidaturas a projectos previstas foi superado nos três grupos-alvo: população, potenciais candidatos e beneficiários», observa Nándor Csepreghy.

Em Portugal, as conclusões informarão as atividades futuras dos programas, apesar das dificuldades orçamentais. Tal como afirma Paulo Emerenciano, «O contexto económico atual realça preocupações como o investimento e a criação de emprego. Por conseguinte, os projetos e, em particular, as histórias de sucesso constituem um ativo de comunicação importante a utilizar nos tempos que correm.»

▶ APOIO ÀS EMPRESAS E À INOVAÇÃO

QUAIS OS ENSINAMENTOS EXTRAÍDOS DOS MÉTODOS CONTRAFCTUAIS?

As avaliações de impacto contrafactuais (ou seja, utilizando grupos de controlo) estão a adicionar credibilidade científica às análises da Comissão Europeia relativamente ao apoio às empresas e à inovação. Os impactos podem agora ser demonstrados com rigor em termos de investimentos a nível das empresas, inovação e criação de emprego. O auxílio às PME está a revelar-se muito mais eficaz do que o prestado às grandes empresas, havendo já indícios de que a engenharia financeira é mais eficaz do que as subvenções diretas.

A Direção-Geral da Política Regional da Comissão Europeia tem, desde 2008, um programa de avaliação de impacto utilizando «métodos contrafactuais» (ver quadro). Embora constituam um desafio do ponto de vista técnico, estas avaliações acrescentam credibilidade e rigor às estimativas de impacto.

Gradualmente, está a surgir um retrato mais claro dos impactos de diferentes tipos de apoio a empresas e à inovação. Embora esse retrato ainda esteja longe de estar concluído, existem já implicações para a próxima ronda de programas.

Impactos de um investimento e inovação fortes, criação de emprego moderada

Muitas vezes, o apoio às empresas tem como objetivo explícito a criação de emprego. As avaliações anteriores observaram que a maioria dos programas monitorizam o sucesso em termos de postos de trabalho – apenas uma minoria procura realmente monitorizar o investimento, a produtividade ou a inovação a nível da empresa.

No entanto, as avaliações de impacto contrafactuais sugerem que o investimento e as alterações da produtividade constituem os principais efeitos do apoio às empresas e à inovação. A criação de emprego constitui um impacto real, mas secundário.

Por exemplo, uma avaliação do apoio às empresas na Alemanha Oriental contabilizou 27 000 postos de trabalho – um

resultado real e significativo, mas bastante inferior ao dos dados de monitorização do programa, que sugeriram 107 000 «novos postos de trabalho» e 439 000 «postos de trabalho assegurados». Em contrapartida, o mesmo sistema teve impactos significativos em termos de investimento induzido: por cada euro de fundos públicos, era gerado 1,50 EUR extra de investimento.

Existem também provas claras dos impactos na inovação. No seguimento da crise financeira em 2008, os pedidos de patentes caíram apenas 14% nas empresas que receberam apoio na República Checa, mas 63% no grupo de comparação. Um estudo sobre o apoio à I&D na Alemanha identificou impactos claros na inovação de processos e produtos. As empresas

AVALIAÇÃO DE IMPACTO CONTRAFCTUAL – PORQUÊ E EM QUE CONSISTE?

Um dos problemas ao avaliar o impacto das políticas é a «falta de dados contrafactuais» – de que forma avaliámos o que teria acontecido sem apoio? Por exemplo, uma empresa poderia ter realizado um investimento (total ou parcialmente) mesmo sem fundos públicos.

As avaliações contrafactuais vão buscar uma ferramenta do método científico – o grupo de controlo. As empresas que recebem apoio são comparadas com um vasto grupo de empresas análogas (a mesma dimensão, região, setor, etc.). Isto torna as estimativas de impacto cientificamente justificadas, mas exige bastantes conhecimentos especializados na recolha de dados e seleção de um grupo de comparação válido.

A DG Política Regional tem acumulado experiência neste domínio desde 2008. Para mais informações, ver Daniel Mouqué (2012) «What have we learned from counterfactuals?» (O que aprendemos com os dados contrafactuais), documento *Regional Focus*, bem como o sítio Web da DG-REGIO relativo à avaliação do impacto:

▶ http://ec.europa.eu/regional_policy/impact/evaluation/index_en.cfm

que receberam apoio tinham mais probabilidade de concluir projetos de inovação e de estar a trabalhar em novos projetos (ver gráfico).

Lições para a futura política de coesão – favorecer as PME

Uma das conclusões principais e recorrentes das avaliações contrafactuais tem sido a de que o apoio às pequenas e médias empresas (PME) é mais eficaz do que o apoio às grandes empresas. Por exemplo, um estudo ⁽¹⁾ que abrangeu a República Checa, a Hungria, a Polónia e a Eslováquia – concluiu que, «regra geral, quanto maior for a empresa menor é o impacto do apoio em termos de criação de emprego».

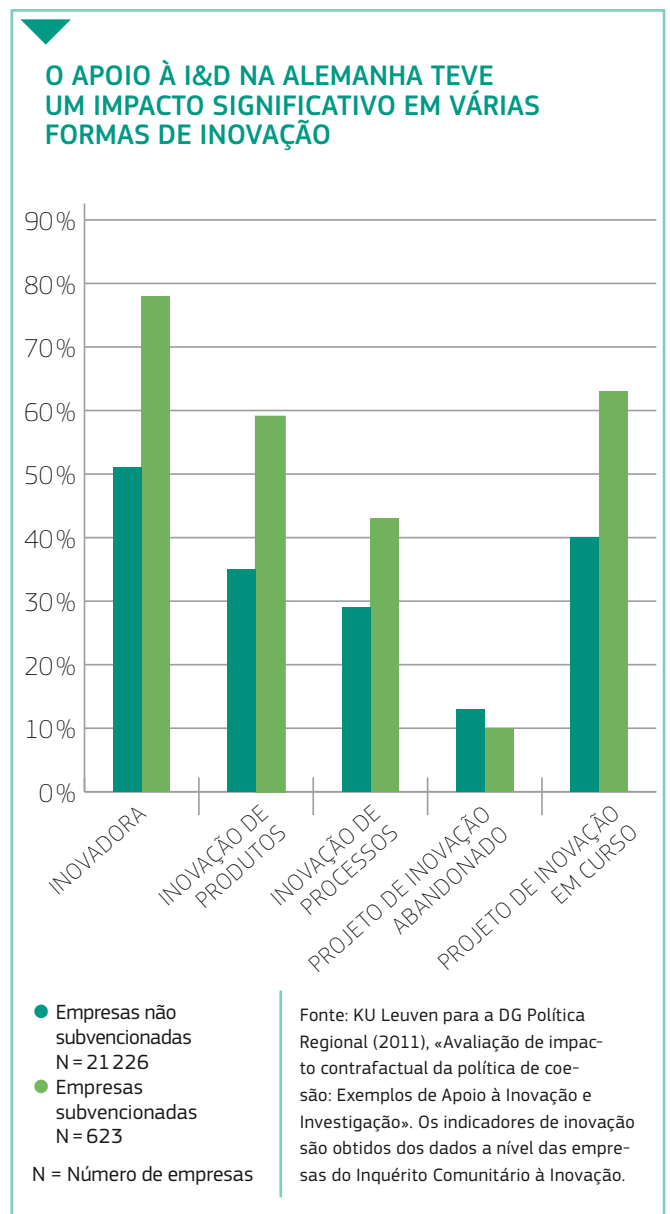
Curiosamente, uma avaliação aprofundada na Itália concluiu que as subvenções a PME de diferentes dimensões (micro, pequenas ou médias) tinham a mesma eficácia – apenas as subvenções a grandes empresas tinham pouco ou nenhum impacto.

Por fim, há já indicações de que os empréstimos são mais eficazes do que as subvenções. Uma avaliação do apoio às PME em Piemonte ⁽²⁾ (no noroeste de Itália) concluiu que várias formas de empréstimos em condições favoráveis de engenharia financeira têm um custo por posto de trabalho de cerca de metade das subvenções, acrescido de um impacto surpreendentemente elevado no investimento – 5 EUR por euro de equivalente-subvenção bruto.

Trabalho futuro neste domínio

É necessário desenvolver mais trabalho, em primeiro lugar, para validar estas conclusões para mais regimes num leque mais alargado de países e, em segundo lugar, para responder a questões adicionais (p. ex. engenharia financeira, tuto-

ria e criação de redes). A DG Política Regional encontra-se a colaborar ativamente com as Autoridades de Gestão e os Estados-Membros – para mais informações, consultar o sítio Web das avaliações de impacto.



(1) TARKI (2010) «Impacto da Política de Coesão no nível e na qualidade do emprego nos países de Visegrado».

(2) ASVAPP para a DG Política Regional (2012), «Avaliação contrafactual de impacto da Política de Coesão: Impacto, rentabilidade e adicionalidade dos subsídios de investimento na Itália».

▶ UMA POLÍTICA REGIONAL EUROPEIA COMPLEMENTAR: SUBVENÇÕES SUÍÇA, EEE E NORUEGA

CONTRIBUIÇÃO SUÍÇA PARA O ALARGAMENTO

Apesar do seu rápido crescimento, o nível de prosperidade nos doze países que aderiram à UE desde 2004 é relativamente baixo, e estes países continuam a estar atrasados em muitos aspetos em relação aos seus pares da UE-15. Desde 2008 que a Suíça tem financiado vários projetos concebidos para reduzir estas disparidades económicas e sociais dentro da União Europeia alargada, através da Contribuição Suíça para o Alargamento.

A Suíça comprometeu-se a atribuir um total de mil milhões de CHF (aproximadamente 832 milhões de EUR), a distribuir pelo período de cinco anos entre 2007 e 2012, para ajudar os dez novos Estados-Membros que aderiram à UE em 2004. Os 210 projetos selecionados serão implementados a partir de agora e até 2017. Com a adesão da Bulgária e da Roménia à UE em 2007, a Suíça reforçou este apoio com mais 257 milhões de CHF (214 milhões de EUR) para o período 2009-2014. A fase de implementação para estes dois países prolongar-se-á até 2019.

Prioridades temáticas

O financiamento é canalizado para as regiões mais desfavorecidas e para projetos em quatro áreas temáticas:

- segurança e estabilidade e apoio a reformas;
- ambiente e infraestruturas;
- promoção do setor privado;
- desenvolvimento humano e social.

Uma quinta prioridade, designada «Instrumentos Especiais», atribui fundos às chamadas dotações globais. São esquemas para prestar apoio a organizações ou instituições – como

▶ SAIBA MAIS

<http://www.erweiterungsbeitrag.admin.ch/en/Home>

SELEÇÃO DE PROJETOS

- Os projetos serão apresentados em resposta a convites à apresentação de propostas e em conformidade com o Acordo-Quadro bilateral assinado entre a Suíça e cada país.
- A análise das propostas de projetos será levada a cabo por Unidades de Coordenação Nacional em cada país com base em critérios de seleção pré-estabelecidos.
- Em função do tema do projeto, a aprovação do financiamento, bem como a coordenação e monitorização da sua implementação, caberá à Agência de Desenvolvimento ou à Secretaria de Estado da Economia da Suíça.
- Embora o esquema continue vigente na Bulgária e na Roménia até dezembro de 2014 para a apresentação de propostas de projetos, cessou em junho de 2012 para outros países elegíveis.
- As subvenções estão disponíveis para entidades públicas, organizações internacionais e não governamentais e empresas com mandato público.

organizações não governamentais ou a sociedade civil – que permitem uma gestão mais eficiente de programas destinados a vários projetos de pequena dimensão. Presta-se também apoio para a preparação de projetos (ex., estudos de viabilidade) e para cobrir determinadas despesas de gestão nos países beneficiários.

Envolvimento e Solidariedade

O envolvimento da Suíça no alargamento da UE é uma expressão da solidariedade do país para com a UE e da sua voluntariedade para suportar parte do esforço de ajuda ao crescimento da Europa central e de leste. Simultaneamente, a Suíça está a lançar as bases para o estabelecimento de laços económicos e políticos sólidos com os mais recentes estados-membros da UE. A sua contribuição também irá favorecer as perspetivas de negócio das empresas suíças nestes novos mercados em expansão.

SUBVENÇÕES EEE E NORUEGA

As notícias destacam frequentemente os Fundos Regionais da UE, deixando para segundo plano outro esquema de subvenções também destinado a promover uma Europa mais «coesa». Através das Subvenções EEE e Noruega, a Islândia, o Liechtenstaine e a Noruega contribuem para a redução das disparidades económicas e sociais na Europa e para o reforço das relações bilaterais com 15 países da Europa central e do sul.

Apesar de não serem membros da UE, a integração europeia é parte integrante da rotina diária da Islândia, do Liechtenstaine e da Noruega. Através do Acordo do Espaço Económico Europeu (EEE), os três países participam no mercado interno e cooperam estreitamente com a UE em domínios como o comércio e a indústria, a proteção ambiental, a investigação e a educação, a política social, a proteção dos consumidores e a cultura.

Responsabilidade mútua

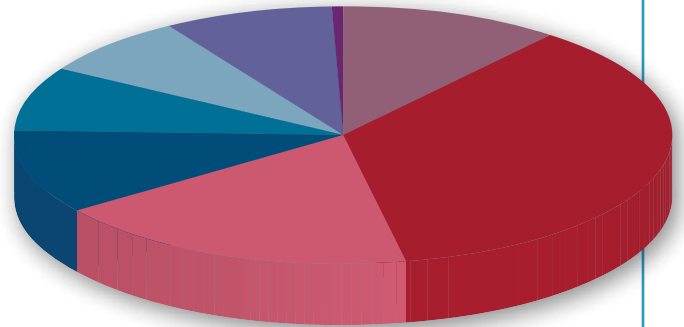
Continuam a existir profundos desequilíbrios entre os países da Europa e no interior de cada um deles. O Acordo EEE reconhece a necessidade de reduzir as disparidades económicas e sociais e, com estas Subvenções, a Islândia, o Liechtenstaine e a Noruega contribuem para os esforços da UE que visam colmatar estas disparidades. Entre 2004 e 2009, 1,3 mil milhões de euros foram atribuídos aos países beneficiários⁽¹⁾ e quase 1,8 mil milhões de euros foram reservados para o período 2009-2014. Os programas aprovados terão até 2016 para finalizar a respetiva implementação. A Noruega contribui para 97% do financiamento. As áreas-chave incluem a proteção ambiental e as alterações climáticas, a sociedade civil, a investigação, a saúde e a educação, a inclusão social, a herança cultura, a justiça e os assuntos internos.

Financiamento complementar

Estas prioridades coadunam-se em muitos aspetos com os objetivos mais abrangentes da UE definidos na sua estratégia de crescimento Europa 2020, que estabelece metas ambiciosas em matéria de emprego, inovação, educação, inclusão social e clima/energia. As Subvenções financiam também a cooperação em domínios onde o financiamento interno ou europeu é reduzido. Por exemplo, mais de 140 milhões de euros foram reservados para o desenvolvimento da sociedade civil, o que abre oportunidades para as organizações não governamentais (ONG) reforçarem o seu papel na promoção dos direitos humanos e na oferta de serviços essenciais, principalmente às populações mais vulneráveis.



DISTRIBUIÇÃO DO FINANCIAMENTO (2009-2014)



● Ambiente e alterações climáticas.....	€ 643 891 995
● Desenvolvimento humano e social.....	€ 323 785 145
● Património cultural.....	€ 188 618 750
● Justiça e assuntos internos.....	€ 142 149 500
● Investigação e bolsas de estudo.....	€ 136 744 561
● Sociedade civil.....	€ 146 706 750
● Trabalho digno e diálogo tripartido.....	€ 8 000 000
● Administração e relações bilaterais.....	€ 198 603 299
Total.....	€ 1 788 500 000

Reforço de relações

Promover as relações bilaterais é um objetivo central dos esquemas. Mais de metade dos programas evolve uma estreita cooperação entre as entidades públicas dos países doadores e parceiros. Prevê-se também a realização de centenas de projetos no âmbito de parcerias. Os esquemas de subvenções baseiam-se também na preciosa experiência das organizações internacionais, como o Conselho da Europa. O Conselho está diretamente envolvido em vários domínios, como, por exemplo, satisfazer as necessidades dos grupos vulneráveis, como as pessoas de etnia cigana, ou combater o tráfico de pessoas e a violência baseada no género.

▶ SAIBA MAIS
www.eeagrants.org

(1) Os últimos 12 Estados-Membros da UE (Bulgária, Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia), bem como a Grécia, Portugal e Espanha são elegíveis no âmbito das Subvenções EEE. As Subvenções Noruega estão apenas disponíveis para os 12 Estados-Membros da UE mais recentes.

▶ AGENDA

21 DE SETEMBRO DE 2012

Dia Europeu da Cooperação
www.ecday.eu

8 A 11 DE OUTUBRO DE 2012

_Bruxelas (BE)

OPEN DAYS, Semana Europeia das Regiões e Cidades

15 A 16 DE NOVEMBRO DE 2012

_Metz (FR)

Conferência Rurban

27 A 28 DE NOVEMBRO DE 2012

_Regensburg (DE)

1º Fórum Anual da Estratégia da UE para o Danúbio

3 A 4 DE DEZEMBRO DE 2012

_Paris (FR)

Reunião conjunta das redes INFORM & INIO

7 DE FEVEREIRO DE 2013

_Bruxelas (BE)

Cerimónia de entrega dos Prémios RegioStars 2013

Poderá encontrar mais informações sobre estes eventos na secção Agenda do Web site Inforegio:

http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/agenda/index_pt.cfm

DÊ-NOS A SUA OPINIÃO

Quais são os resultados da política de coesão na sua região? Gostaríamos de ouvir as suas histórias, destacando os resultados e os benefícios tangíveis para os cidadãos.

Também pode falar-nos dos seus preparativos para o próximo período de programação.

As contribuições selecionadas serão publicadas na próxima edição da revista *Panorama*.

Envie os seus artigos para:

regio-panorama@ec.europa.eu

ISSN 1725-8154

© União Europeia, 2012

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.



■ Serviço das Publicações

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional
Comunicação, Informação e Relações com Países Terceiros
Raphaël Goulet

Avenue de Tervueren 41, B-1040 Bruxelas

Courriel: regio-info@ec.europa.eu

Internet: http://ec.europa.eu/regional_policy/index_pt.htm